

PUBLICAÇÕES  
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A  
CIRCULAR EM  
INVÓLUCRO  
FECHADO  
DE PLÁSTICO OU PAPEL  
PODE ABRIR-SE PARA  
VERIFICAR



**TAXA PAGA**  
PORTUGAL  
PORTALEGRE

# Justiça & democracia



Nº 09  
Setembro 2012  
Janeiro 2013

**Director** Nuno Salpico

**Subdirectores** Afonso Cabral de Andrade, Amélia Correia de Almeida, Artur Cordeiro, João Carreira e João Castro

## Artigo



Pág. 4

**Algumas reflexões  
sobre o Conselho  
Superior da  
Magistratura**

## Entrevista



Pág. 6

**Presidente da Direcção  
do Movimento de  
Justiça e Democracia**

## Artigo



Pág. 10

**Reforço dos Poderes  
do Juiz na Gestão  
e na Dinamização  
do Processo**

# Humanizar e Dignificar



Um conselho para todos os juízes!

**Candidatura às eleições para o Conselho Superior da Magistratura**

Listas

Pág. 3

**Francisco Maria Veiga: o primeiro Juiz de Instrução Criminal**Adeodato Brotas  
Artigo

Pág. 8

**III Encontro Nacional de Juízes**

Fotos

Pág. 13

**Festa de Natal**

Fotos

Pág. 15

**Parecer relativo às alterações ao Código Penal, Código do Processo Penal e Código de Execução de Penas**

Parecer

Pág. 17

**Tertúlia com a Senhora Ministra da Justiça**

Tertúlia

Pág. 21

**A Vítima e o Estado...**António Ventinhas  
Artigo

Pág. 26

**Ficha técnica****Director:** Nuno Salpico.**Subdirectores:** Afonso Cabral Andrade, Amélia Correia de Almeida, Artur Cordeiro, João Carreira e João Castro.**Colaboram neste número:**

Henrique Manuel Serra Baptista, Cristina Henrique Esteves, Adeodato Brotas, António Santos Abrantes Gerales e António Ventinhas

**Impressão:** Relgráfica, Benedita**Tiragem:** 2100 exemplares**Concepção Gráfica:** Rui Mourato Miranda Caldas da Rainha**Propriedade:** MJD - Movimento Justiça & Democracia, Associação Cívica de Juizes Portugueses.**Sede em:** Travessa das Águas Boas, nº43, Lisboa**E-mail:** mjd.juizes@gmail.com**Site:** www.mjd.org.ptDepósito Legal:  
171365/0

# editorial

**Nuno Salpico**  
(Juiz de Direito)

Os juizes portugueses têm sido dos corpos sociais mais atingidos pela dureza dos cortes impostos desde o anterior governo, na sequência da profunda crise, que fora directamente causada por má acção dos políticos que nos governam.

A par de um endividamento acelerado, desde há quase 40 anos que os sucessivos governos, influenciados por meia dúzia de intelectuais iluminados e mimados, escarneceram das escolas industriais, matando a mão-de-obra técnica essencial à indústria. O sector secundário, seguiu o mesmo destino do sector primário, este também escarnecido, perdurando, ainda hoje, a ideia complexada de que, ocupar-se do progresso da agricultura é provincialismo. Enfim, chavões de uma revolução que nunca se conseguiu libertar da sua propaganda obsoleta.

Mas o certo é que as chaminés apagaram-se; abandonaram-se os campos; queimaram-se os barcos; pagaram-se subsídios para arrancar olivais, e para não produzir (numa Europa poderosa interessada em membros periféricos consumidores, não produtores).

Os sucessivos ministérios da economia e da agricultura desinteressaram-se da produção nacional, deixando cair uma após outra, todas as indústrias de regiões inteiras. Foram insensíveis à acelerada desertificação do interior, e o país inclinou-se para o litoral, tornando-se ainda mais pequeno do que o deixaram. Um país abatido, sem forças produtivas, sem capacidade de resistir a qualquer crise, e em poucos anos já é a terceira vez que se recorre ao financiamento do FMI.

Os partidos tudo passaram a dominar, a ponto de multiplicarem o Estado como fonte empregadora das suas numerosas bases, criaram institutos públicos até aos 11.000, assim como uma miríade de empresas municipais, que no seu conjunto fixam os níveis da despesa pública em montantes incomportáveis, mas intocáveis.

Nenhum dirigente político ousa extinguir grande parte dos institutos públicos, assim como as ditas empresas, porque perderia imediatamente o apoio das bases do partido, nem tão pouco o

escandaloso financiamento das fundações inúteis, mas tidas por emblemáticas, que continua no essencial.

Alguns governos celebraram, com frenesim, muitos negócios, ora alienando património público, ora onerando com escândalo o Estado nas parcerias público-privadas, negócios que foram reprovados e censurados por um Tribunal de Contas impotente nos seus poderes.

Não obstante a penúria do Estado, ainda se mantêm missões militares internacionais ao serviço do despótico império norte-americano, com uma presença militar caríssima em cenários completamente alheios aos interesses portugueses.

Isto é dito, para que não se pense que os juizes andam a dormir.

Regressemos, então, à realidade do nosso número do jornal. E s t e número do jornal conta, mais uma vez, com uma tertúlia, que se realizou no Palácio da Justiça com a presença de sua Excelência a Senhora Ministra da Justiça, a qual revisitou, com o maior interesse, todos os pontos essenciais da sua actuação reformista, explicando o pensamento que anima o seu Ministério nas mais diversas áreas da Justiça.

Ponto central deste jornal é a entrevista que nos concedeu a Senhora Presidente do MJD, Juíza Dr. Cristina Esteves, a qual reflecte sobre os aspectos essenciais da importante renovação que liderou no seio do Movimento, pronunciando-se sobre as questões da actualidade, de maior relevo.

Importa destacar o êxito do III Encontro Nacional de Juizes organizado pelo Movimento de Justiça e Democracia, nas Caldas da Rainha e que contou com uma presença muito significativa dos juizes, nele tendo lugar o debate dos aspectos mais prementes e actuais da Justiça. Para além da reportagem fotográfica, contamos com algumas intervenções que aí tiveram lugar.

A colaboração dos "cronistas" residentes do jornal tem dado os seus frutos, como é exemplo o importante artigo do colega Adeodato Brotas.

O leque de participações

expande-se agora ao Ministério Público com um olhar rico e diferente sobre processo penal, focando a parte esquecida do processo e a mais desprotegida.

Aproximam-se as importantes eleições do Conselho Superior da Magistratura, e afirmando, sem hesitação, que o Exmº Senhor Juiz Conselheiro Dr. Serra Batista é o candidato com mais qualidades, muito nos honra a sua participação neste número, transmitindo-nos uma ideia

mais humanizada do Conselho, aquela ideia almejada por todos os juizes.

A magistratura embora deseje um Conselho que não permita condutas dilatórias de alguns juizes que, de forma censurável, retardam os processos, também, sempre repudiou um Conselho insensível e frio, que não olha os juizes como seres humanos, como pessoas extremamente sacrificadas ao serviço do País. E sobretudo, como um capital humano, cujo esforço importa incentivar, e não desbaratar.



## Candidatura às eleições para o Conselho Superior da Magistratura

### Mandatário Nacional

*Juiz Conselheiro* Sebastião José Coutinho Póvoas

### Supremo Tribunal de Justiça

*Juiz Conselheiro* Henrique Manuel Serra Baptista (efectivo)

*Juiz Conselheiro* Manuel Fernando Granja Rodrigues da Fonseca (suplente)

### Tribunais de Relação

*Juiz Desembargador* Jorge Manuel Simões de Raposo – Lisboa

*Juiz Desembargador* Arlindo Martins de Oliveira – Coimbra

*Juiz Desembargador* Joaquim Correia Gomes – Porto

*Juiz Desembargador* José Manuel Machado da Cruz Bucho – Guimarães

### Tribunais de 1ª Instância

*Juiz de Direito* José Manuel Costa Galo Tomé de Carvalho – Portalegre

*Juiz de Direito* Eduardo Sousa Paiva – Portimão

*Juiz de Direito* Artur José Carvalho de Almeida Cordeiro – Lisboa

*Juiz de Direito* Ana Cristina de Almeida G. Moreira Wallis de Carvalho – Sintra

*Juiz de Direito* Nelson Nunes Fernandes – Pombal

*Juiz de Direito* Maria Helena Lamas Marques Correia – Coimbra

*Juiz de Direito* Isabel Maria Barbosa Peixoto Pereira – Penafiel

*Juiz de Direito* Marlene Fortuna Rodrigues – Barcelos



## Corpos Sociais

### Assembleia Geral

José Manuel Igreja de Matos

José Manuel Quaresma

Rosa Vasconcelos

### Conselho Fiscal

José Manuel Lopes Barata

Rui Miguel Teixeira

Rui Pedro Ribeiro Luís

### Direcção

Cristina Henriques Esteves

Narciso Magalhães Rodrigues

Margarida Almeida Fernandes

Ana Cláudia Cáceres Pires

Amélia Correia de Almeida

Eduardo Paiva

Luís Lemos Triunfante

João Ricardo Carreira

# Algumas reflexões sobre o Conselho Superior da Magistratura



Sou Juiz há cerca de 40 anos.

Exerço, há cinco, funções no Supremo Tribunal de Justiça.

Percorri, pois, todas as etapas da nobre e digna função de Juiz.

Ao longo de todo este tempo, sempre estive em pleno exercício de funções nos Tribunais Judiciais, assim não desconhecendo as dificuldades e as exigências da nossa Magistratura.

E, talvez por isso, mau grado os negros ventos da gravíssima crise sócio-económico-financeira que grassa também entre nós e da recorrência com que amiúde se fala, em concreto, da crise da nossa Justiça, acusada de molestar e influenciar a outra, continuo - tal como Martin Luther King, nos idos de sessenta, embora sem a contextualização da sua histórica frase - a ter um sonho: o de ver uma Justiça (e os seus Juizes) mais respeitada e prestigiada pelos nossos concidadãos, seus destinatários naturais.

Ao longo da nossa História, e em todos os seus períodos de grave crise económica e social, sempre os Tribunais foram o único órgão de soberania que conseguiram manter equilíbrio e independência, permanecendo firmes e serenos no cabal cumprimento das suas funções.

Assim tendo que continuar a ser.

Assumindo, neste contexto, o Conselho Superior da Magistratura papel fulcral na defesa intransigente da responsabilidade, independência e dignidade da função.

A qual, talvez, nunca como agora, está a ser paulatina mas insistentemente colocada à prova e descredibilizada.

Efectivamente, de forma mais ou menos clara, sob diversos argumentos e enquadramentos, assistimos à degradação da imagem dos Tribunais e do que mais nos importa, dos seus Juizes.

Im p õ e - s e , p o i s , independentemente das atribuições e competências que a lei lhe reserva, ao CSM, enquanto órgão de Estado, de matriz constitucional, com superiores funções de gestão e disciplina dos Juizes, o dever essencial de assegurar o

prestígio do poder judicial e o funcionamento do judiciário com eficiência e garantia de independência, isenção e credibilidade perante os cidadãos.

É no densificar dos conceitos legais que se descobrem os verdadeiros objectivos que o Conselho tem de prosseguir.

Se ultimamente o poder judicial vem sendo alvo de ataques e críticas, as mais das vezes injustas, por infundadas, e resultantes da mediatização de processos, designadamente da área penal, é, como dizíamos, dever do Conselho Superior da Magistratura esclarecer a opinião pública, repondo a verdade dos factos e proteger os Juizes, garantindo-lhes prestígio e reconhecimento e assegurando-lhes meios que lhes permitam o exercício tranquilo e eficiente das suas funções.

Sem prejuízo do poder disciplinar que lhe está cometido e do rigor da aplicação do mesmo, que a exigência e responsabilidade da função exige, o CSM tem de tratar os seus juizes com a justiça que estes declaram diariamente aos seus concidadãos.

Tendo que ser um Conselho de todos e para todos os seus Juizes.

E, sem embargo de se reconhecer o mérito de actuação do Conselho actualmente em funções, sem conhecidas situações fracturantes, há - haverá sempre - que evoluir perante as novas situações, procurando soluções que, sem bulirem com a independência dos Juizes - que, não o olvidemos, não é um privilégio seu, mas uma garantia oferecida aos cidadãos, em nome dos quais a Justiça é aplicada (art. 202.º da CRP), não se podendo os mesmos esquecer que "o poder que exerce(m) não é um bem dele(s) próprio(s), mas de outrem" (Prof. José Mattoso, in Oração de Sapiência, proferida no V Congresso dos Juizes Portugueses, em Viseu) - se ajustem, desde logo, à necessidade de tornar os Tribunais mais eficazes e a pôr termo à morosidade da Justiça e a todas as consabidas e nefastas consequências que dela advêm.

Ora, devendo a falta de celeridade processual - sempre na ordem do dia,

com sucessivas condenações do Estado pela Justiça tardia e sem se esquecer que todos têm direito a um processo equitativo, em prazo razoável (art. 6.º da Convenção dos Direitos Humanos) - ser casuisticamente aferida, havendo que ponderar as dificuldades da causa, dos incidentes amiúde suscitados, da falta de logística acessível aos Magistrados (quase sempre de todo inexistente), da necessidade do cumprimento estrito do formalismo da lei (por vezes com tantas e escusadas delongas e com garantismos excessivos que ao sistema não aproveitam), da racionalidade (ou da falta dela) da distribuição e porque não dizer das próprias características idiossincráticas do julgador, há que atentar que o remédio para tais males não será, qual varinha de condão e como já tem sido defendido, o estabelecimento de prazos obrigatórios e peremptórios para o Juiz, ao invés dos meramente ordenadores, já que os mesmos poderão de todo em todo não os poder cumprir (sem que à semelhança do que se passa com os senhores advogados, possam subestabelecer noutro Colega ou recusar o caso por manifesta falta de tempo para dele curarem), mas sim, e de uma vez por todas, o de elaborar estatísticas sérias, fiáveis e rigorosas, que cotejem as dificuldades e complexidades diversas (tratando de forma igual o que é igual (ou semelhante) e de forma diferenciada o que é diferente), para assim se poder impor aos Juizes níveis de produtividade adequados que permitam a decisão acertada em prazo razoável.

Não se podendo, neste contexto, aceitar os estudos até agora efectuados sobre os VPR, nos quais assentou o novo mapa judiciário, porquanto, e além do mais, a avaliação do quadro dos Juizes necessários com base nos mesmos, não pode ser feita de forma cega, apenas ponderando a realidade matemática e estatística existente quando esta é, na grande maioria dos casos, manifestamente excessiva e desajustada.

Parece, pois, de lidima justiça, que

a responsabilidade dos Juizes relativamente à celeridade processual, tenha de ser aferida em concreto, tendo em conta as especificidades de cada comarca, tipo de litigância, e demais circunstâncias que as mais das vezes escapam ao controle do julgador, e como tal não lhes poderá ser imputada.

“Só através da atribuição de uma contingência razoável, de meios logísticos e de adequadas condições de trabalho se pode atingir a exacta expressão de uma real independência no plano concreto” (Dr. Guilherme da Palma Carlos, in intervenção proferida no I Encontro Internacional de Conselhos Superiores de Magistratura).

Obviamente, sem qualquer condescendência para quem, de modo injustificado, não se empenhe na sua função e, dessa forma, deixe de prestar aos cidadãos o direito à justiça que a todos se reconhece, pondo assim em causa, o fundamento da sua função e a imagem da Justiça em geral.

Tememos, contudo, que a tão propalada (mais uma) reforma da Justiça, possa não vir a trazer os resultados que todos desejávamos.

Impondo-se ao Conselho continuar a garantir a justa aplicação do poder disciplinar que detém sobre os seus Juizes.



Por outro lado, o Conselho Superior da Magistratura, através do seu quadro de inspectores, que tem de sair dos melhores e mais sensatos Magistrados, deverá incrementar uma relação de maior proximidade com os Juizes da sua respectiva área, de forma a bem conhecer, de modo célere e permanente, as circunstâncias específicas de cada Tribunal, as dificuldades sentidas pelo seu Juiz, com vista à rápida resolução das vicissitudes detectadas e ao menor constrangimento do normal andamento dos serviços.

Devendo as inspecções ser orientadas por critérios objectivos e de aplicação uniforme a todos os inspecionados, sendo os mesmos destes previamente conhecidos.

Devendo, ainda, o Conselho, designadamente através dos seus inspectores, alertar os Juizes para uma conduta ética irrepreensível, com utilização de métodos para as suas decisões que, sem contenderem com a independência do julgador – que julga segundo a Lei e a sua consciência – inspirem sempre confiança nos cidadãos que recorrem aos Tribunais.

Tendo, contudo, o Juiz que cumprir com os deveres funcionais que lhe são institucionalmente impostos, assim

garantindo, de forma clara, a sua imparcialidade e a eficácia das suas intervenções, sempre compagináveis com um processo equitativo, que garanta os direitos fundamentais dos cidadãos.

Assumindo o prosseguimento de tal conduta cada vez mais relevo e importância devido à crescente globalização dos litígios e à circulação das sentenças, com reclamação, nos dias de hoje, pelas sociedades democráticas, de cada vez mais Justiça.

Mais se devendo providenciar, não obstante as dificuldades de todos conhecidas, pelo financiamento dos Tribunais, no mais absoluto respeito pela independência dos Juizes, sem embargo de, assim, não sucedendo, o sistema judicial, como órgão soberano do Estado, não poder cumprir a missão que lhe incumbe.

Não podendo os Tribunais permanecer independentes sem dotação económica criteriosamente adequada à sua gestão corrente, quer no que concerne a meios humanos indispensáveis (Magistrados e Funcionários), quer aos materiais.

Sendo certo que a redução severa dos orçamentos dos serviços de Justiça irá necessariamente comprometer o funcionamento eficaz do sistema judicial.

Urge pois, e sem hesitações, sem perder de vista, como é evidente, o razoável, reclamar todos os meios necessários à exequibilidade das funções que ao CSM são acometidas.

E se todos os juizes sentem as dificuldades, as exigências do exercício das suas funções e as limitações decorrentes a nível pessoal, familiar e social, impõe-se trazê-las ao conhecimento da sociedade a que o juiz serve, designadamente, revelar-lhe o específico âmbito da sua actuação e seus limites, de modo a ser apenas, e só, responsabilizado por aquilo que é seu mister.

E, por falar em financiamento dos Tribunais (e do próprio CSM, como não poderá deixar de ser) não devemos olvidar, por ser assunto da maior actualidade e relevo, sem receio de se confundir a defesa dos interesses meramente corporativos, que ao CSM de todo não pertence, com os interesses meramente funcionais, que o mesmo deve defender, o pugnar pelo termo da degradação da situação económica dos Juizes, a qual, sem pôr a causa a sua independência ou isenção, ao que julgamos e desejamos assim saber, contenderá, necessariamente com a falta de serenidade, de paz de espírito e

descomprometimento de normais afazeres, incompatíveis com a função de julgar e com todos os requisitos que a mesma, como é de todos sabido, requer.

Sem se pôr em causa os sacrifícios que a todos estão a ser exigidos, mas sem se aceitar sermos tratados como parentes pobres dos demais órgãos do poder, os quais, com certeza para não terem preocupações acrescidas com o seu estatuto económico básico, que lhes retire discernimento bastante para as árduas tarefas da governação, não vêm os seus réditos tão drasticamente reduzidos.

Resta-nos, nestas breves reflexões, uma palavra atinente à progressão dos Juizes na sua carreira, tão prolongada no tempo (e, conseqüentemente, na idade).

Requerendo total transparência, imparcialidade e objectividade as graduações efectuadas, quer para a Relação, com ingresso aberto apenas para os Magistrados Judiciais, quer para o Supremo Tribunal de Justiça, onde, por certo, e como é fácil entender, todos os Juizes de mérito aspiram um dia chegar.

Todos devendo poder bem conhecer, chegado o momento do respectivo concurso, pela simples leitura do relatório da graduação efectuada, qual a razão da sua colocação num determinado lugar.

E, devendo antes poder saber, por divulgação prévia e atempada, quais os critérios e parâmetros usados para a avaliação do seu mérito.

Assim, no momento da apresentação da respectiva candidatura, têm de estar claramente e previamente definidos todos os critérios de avaliação curricular relevantes.

Para que todos, por igual, os possam conhecer.

Não devendo também – impondo-se pugnar por alteração legislativa nesse sentido – admitir a concurso jurista de mérito com idade inferior ao mais novo dos concorrentes necessários. Sem se condescender com o grau de mérito exigido.

Crendo-se fortemente injusto – numa causa de Justiça – que tais concorrentes possam aceder ao STJ com antiguidade de função, que a um Juiz de carreira, e também com reconhecido mérito, apenas lhe permite almejar a colocação num Tribunal de Circulo.

Não é difícil imaginar que se se aproximam tempos cada vez mais difíceis.

Estamos certos, porem, que os Juizes e o seu órgão representativo, o Conselho Superior da Magistratura, estarão unidos e firmes no cumprimento dos seus deveres e responsabilidades e inabaláveis na defesa da sua dignidade e de uma Justiça mais respeitada e prestigiada.



# Presidente da Direcção do Movimento de Justiça e Democracia



Foi eleita presidente da Direcção do MJD em Novembro de 2010, tendo decorrido já dois anos que balanço faz da actividade desenvolvida?

Não só eu como também os colegas que integram hoje os órgãos sociais do MJD mereceram a confiança de todos aqueles que votaram na lista que apresentei às eleições internas. A nossa promessa foi a de renovar o MJD, reestruturando-o internamente, criando condições de sustentação financeira, criando grupos de trabalho, e acima de tudo trazer ao MJD novos colegas, igualmente interessados em participar activamente no esforço de modernização da justiça, sensibilizando-os para a necessidade de abraçarem a sua função sem dogmas e sem constrangimentos na construção de um novo paradigma de juiz.

Os tempos que vivemos não se compadecem com visões retrógradas e saudosistas de um passado que, quer queiramos quer não, está irremediavelmente ultrapassado.

Cabe ao juiz redescobrir-se, sem perder os princípios fundamentais que devem nortear a sua participação na construção de um Estado de Direito forte e inequívoco, mas suficientemente aberto para perceber o que a sociedade espera dele.

Nesse sentido o MJD tem vindo a emitir pareceres sobre as reformas da justiça, contribuindo – com a ajuda de todos os colegas envolvidos nesse trabalho – para uma reforma equilibrada, profícua e acima de tudo que salvaguarde a independência do Juiz enquanto garante dos direitos liberdades e garantias.

A revista do MJD esteve sempre presente ao longo do meu mandato e a sua periodicidade apenas esta condicionada pelas disponibilidades financeiras do MJD, sendo um publicação gratuita e que envolve, a cada número, uma despesa de alguns milhares de euros.

Pela primeira vez na história do MJD foi construída uma página na net – [www.mjd.org.pt](http://www.mjd.org.pt) – regularmente actualizada.

Foram realizadas várias tertúlias

com dirigentes políticos, criando-se um espaço de diálogos com os juizes, e organizou-se o III Encontro Nacional de Juizes na Caldas da Rainha e que foi um êxito, tendo participado mais de 150 colegas.

O MJD apoiou também a candidatura do Desembargador Mouraz Lopes às eleições do ASJP do passado ano, que balanço faz da actuação da ASJP?

Na ocasião acreditámos ser a candidatura do colega Mouraz Lopes a solução para que o trabalho desenvolvido pelo seu antecessor, desembargador António Martins, tivesse continuidade.

O MJD, para além do seu trabalho autónomo e independente da ASJP, sempre se assumiu como uma das duas tendências sindicais da ASJP.

Nesse sentido há já várias eleições que apoia activamente uma lista candidata aos órgãos sociais da ASJP, contando com a vitória para os seus órgãos, nos três últimos actos eleitorais.



Após eleitos, os colegas apoiados pelo MJD, tem toda a autonomia para definir a sua estratégia e as suas opções, reservando-se o MJD a discutir publicamente qualquer divergência que surja relativamente aos caminhos escolhidos pelos mesmos, enquanto direcção sindical.

Quero acreditar que a direcção da ASJP esteja à altura dos desafios que se lhe colocam e que os colegas eleitos tenham o discernimento necessário para perceber os anseios de todos aqueles que esperam da ASJP um empenhamento sério e proveitoso na defesa dos interesses sócio-profissionais dos juizes.

Na ultima Assembleia geral da ASJP, realizada em Novembro passado, a grande discussão centrou-

se sobre a possibilidade de a ASJP poder declarar uma greve. Que lhe parece?

Muito directa e sucinta. A ASJP é uma organização sindical. Jamais os juizes permitiram que a mesma perdesse este estatuto. Sempre que alguém falou em retirar do seu âmbito a vertente sindical, por exemplo mediante a alteração dos seus estatutos e do seu próprio nome, rapidamente percebeu que não teria qualquer apoio na classe. E falo com propriedade sobre esse assunto pois os trabalhos para a elaboração dos actuais estatutos da ASJP mereceram do MJD um grande empenho na construção de uma proposta unânime, sendo aí discutida a questão e deixada tal qual está.

Assim e se é uma organização de cariz sindical, não pode ter medo, se necessário, de declarar greve.

A palavra greve, ao MJD, não causa nenhum tipo de reacção alérgica, e se for essa a única solução então que seja.

A oportunidade de declarar uma greve deve ser ponderada e credível quanto ao êxito espectável do uso desse último recurso, o que significa que deve estar sempre presente na mente de quem foi eleito para a direcção de uma associação sindical.

O Presidente da ASJP afirmou, na Assembleia-geral, que participou em todas as greves declaradas pela ASJP, pelo que acredito que, se for caso disso, também terá a coragem de a declarar.

A propósito do Presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses que lhe parecem as declarações do mesmo na Assembleia da República, quando afirmou que a independência dos juizes pode estar em causa perante a diminuição dos vencimentos dos juizes?

Haverá que distinguir claramente o que foi dito do que se disse depois sobre o que foi dito. Ou seja. O que foi dito foi claro e frontal. Um ataque ao estatuto sócio-económico dos juizes é um ataque à sua independência. Qualquer comentador sério percebe o que foi dito, percebe que o que foi dito consta de alertas de inúmeras

recomendações internacionais sobre essa matéria, não sendo nenhuma originalidade.

Agora o que se disse sobre essas declarações mais não é de um pálido exemplo do nível de exposição crítica que os juízes são alvo por parte da comunicação social.

A grande questão que se coloca é a de saber se há ou não condições políticas e sociais para uma discussão séria e publica sobre o assunto. Um juiz sem rendimentos que lhe permitam sustentar-se a si e à sua família é um potencial juiz corrupto? Penso que não, e em momento algum as declarações do colega Mouraz Lopes permitiram concluir isso.

Infelizmente terei que concluir que o grau de literacia de uns e a má vontade, ou mesmo má fé, de outros levam a que seja impossível uma discussão séria sobre a independência dos juízes em circuito aberto e amplo.

Deverão então os juízes discutir a independência em circuito fechado? Mas que reflexos poderá ter essa discussão se a mesma não for conhecida da generalidade dos cidadãos?

De um modo geral os cidadãos que não contactam com a justiça têm tendência a desvalorizá-la e não entendem que não existe democracia, nem Estado de Direito se não existir um poder judicial independente.

Os cidadãos portugueses têm tido juízes sérios, honestos e competentes. Contudo, não valorizam o trabalho dos juízes porque ainda se sentem seguros na rua, porque não sofrem qualquer tipo de atropelo aos seus direitos fundamentais e, portanto, têm a justiça como um dado adquirido.

Já vai longe a memória de um sistema judicial que permitia os Tribunais Políticos onde a independência dos juízes era algo muito questionável.

Sempre, na ausência da democracia, os povos lutaram por um poder judicial independente e soberano face aos outros poderes públicos.

A clareza dessa necessidade num sistema político autoritário e sem representação popular, deixa de existir num sistema democrático e, não obstante continuar a ser uma necessidade, nomeadamente face aos interesses instalados, sejam políticos económicos ou outros, não recebe da comunidade qualquer apoio.

Nos últimos anos assistiu-se a uma campanha infernal sobre os juízes e os seus pseudo privilégios. A história encarregar-se-á de mostrar o que foi pretendido com essa monstruosa encenação.

Somente a inteligência e a

ponderação podem contornar os actuais momentos que vivemos, cabendo ao Juiz revelar, na sua actuação diária, que a justiça independente existe e necessita de existir para que os cidadãos vivam em harmonia.

O Juiz não é um mágico e as suas decisões não resultam de uma qualquer magia incompreensível para os outros. Cabe ao juiz, a cada juiz, no seu Tribunal, do mais longínquo ao Supremo Tribunal de Justiça revelar as razões da sua decisão de um modo simples e compreensível para os que deles esperam justiça, desvanecendo qualquer dúvidas sobre a sua independência e isenção. Mas cabe ao poder político criar condições para que o juiz exerça as suas funções com tranquilidade e segurança quanto à sua capacidade de prover ao seu sustento, pois só assim se encontrará um poder judicial digno e respeitável.



que esta a fazer e que os cidadãos nunca puseram em causa a independência dos juízes e, portanto, agora recebem mal qualquer declaração que induza a pensar que os juízes deixarão de ser independentes se o seu estatuto remuneratório se for degradando?

A comunicação social tem nas sociedades modernas um enorme poder e daí que se degladiem fortíssimos grupos económicos e políticos na compra dos principais jornais e televisões. Justamente porque os juízes, nas suas decisões diárias, desagradam a muita gente, os Tribunais e os Juízes têm sido alvo de sucessivas campanhas de degradação da sua imagem, razão pela qual, repito, os Juízes não têm vantagem alguma em se expor a um excessivo mediatismo, devendo escolher com muita ponderação os momentos em que intervêm nos media.

Mas isso significa que os juízes devem fechar-se sobre si, evitando o contacto com os media e com os cidadãos?

Não, de todo. Repito, os juízes contactam com os cidadãos diariamente e nesse mesmo dia-a-dia é que devem procurar transmitir a razão de ser da existência de um poder judicial independente. Digo sem qualquer pejo que ainda bem que há juízes independentes em Portugal.

No tocante às reivindicações sócio-profissionais dos juízes devemos fazê-las, de preferência, sem alarido e fora dos períodos de grande contestação social, durante os quais fatalmente não nos conseguiremos fazer ouvir.

Qual, em sua opinião, deverá ser a forma correcta de abordar a discussão sobre o estatuto sócio-profissional dos juízes?

Os juízes deverão, a brevíssimo trecho, fazer uma discussão séria sobre o seu estatuto e o MJD deu um primeiro passo para ela no III Encontro Nacional de Juízes, nas Caldas da Rainha. Penso que os juízes vivem um conflito interno, de cada um, entre a sua veste de titulares de órgãos de soberania e de cidadãos que têm exactamente os mesmos direitos e obrigações que qualquer outro cidadão.

Neste contexto, cada vez mais, os juízes assumem a sua veste de titulares de órgãos de soberania, actuando com enorme contenção e resignação e diria com uma certa vergonha de assumir posturas mais conotadas com o sindicalismo.

A discussão terá que ultrapassar as fronteiras nacionais e, estando integrados na Europa, deverá a questão ser colocada a esse nível. Os juízes europeus debatem-se com problemas semelhantes aos seus colegas portugueses.

A independência judicial e o estatuto sócio profissional dos juízes terá, forçosamente, que ser um ponto da agenda europeia e a única forma de o ser é a concertação de esforços de todos nesse sentido.

O CSM pode desempenhar, neste momento, um papel fundamental na preservação da independência dos juízes?

Pode concertar, e disso é exemplo o parecer emitido pelo CSM, em 13.11.2012, a propósito do projecto de lei de organização do sistema judiciário. Nesse parecer o CSM pugna, de uma forma muito veemente, por uma efectiva liderança do juiz presidente, opondo-se frontalmente a uma gestão tripartida dos Tribunais Judiciais, na qual o administrador judiciário tem poderes alargados e que se sobrepõe aos juízes presidentes.

Muito em breve teremos eleições para o Conselho Superior da Magistratura e o MJD apoia activamente a lista presidida pelo Conselheiro Serra Batista, uma lista de juízes cientes dessa necessidade e cujo programa aponta claramente para o seu empenhamento na luta pela dignificação das condições de trabalho e condições sócio-profissionais dos juízes portugueses, especialmente dos juízes mais jovens.

Como avalia a actuação do CSM nos últimos três anos?

Julgo que o actual CSM actuou com transparência e hoje é possível discutir se actuou bem ou mal em determinada questão porque sabemos o que decidiu e qual o processo de decisão, parecendo-me de extraordinária importância a publicação no site oficial das decisões do Plenário e do Permanente, o que até aqui não acontecia.

Penso que é de realçar também um enorme esforço de uniformização de regras que contribui para um CSM mais íntegro e justo, referindo-me, designadamente, ao regulamento do quadro complementar de juizes, ao novo regulamento de inspecções que concretiza melhor conceitos indeterminados, ao regulamento da formação e das férias e turnos.

Registo, ainda, a realização de acções de formação em áreas importantes e a existência de um gabinete de estudos e planeamento que tem emitido pareceres de assinalável

qualidade, contribuindo para o acatamento por parte do poder político da generalidade das sugestões feitas pelo CSM, sendo disso exemplo a ampliação do período das férias judiciais, a manutenção do estatuto da jubilação, a resolução dos problemas relacionados com os recebimentos pelo índice 135 por parte dos juizes dos XXVII e XXVIII cursos e a revogação das alíneas dos estatutos relativos ao transporte e viagens para as ilhas.

No geral, diria que a actuação do CSM é muitas vezes avaliada em função da actuação do vogal da primeira instância do respectivo distrito judicial e julgo que os colegas vogais eleitos na lista do MJD desempenharam funções com bastante acerto, justeza, mantendo com os juizes um relacionamento de proximidade, confiança e transparência, desenvolvendo todos os esforços para solucionar os problemas surgidos.

A lei de organização do sistema judiciário pode pôr em causa a independência dos Tribunais?

Tal qual está redigida diria que coloca tanto ou mais em causa a independência dos juizes que a degradação do nosso estatuto remuneratório.

No que concerne à degradação do nosso estatuto remuneratório, deve o CSM alertar para a necessidade de assegurar que os juizes sejam remunerados em conformidade com a enorme responsabilidade das funções que exercem e bem assim com o estatuto de absoluta exclusividade a que estão adstritos.

O CSM deve ter uma intervenção firme nesta matéria, mantendo, contudo, a postura que lhe é imposta pela sua dimensão constitucional e institucional. Deve exercer uma magistratura de influência e em caso algum descer à praça pública.

Que Conselho Superior da Magistratura nos próximos anos?

Um CSM jovem, desempoeirado, com vogais simultaneamente bem apetrechados tecnicamente e cientes

## artigo

Adeodato Brotas  
(Juiz de Direito)

# Francisco Maria Veiga: o primeiro Juiz de Instrução Criminal



No início da última década do século XIX, vigorava em Portugal, em matéria Processual Penal, o regime que decorria da chamada Novíssima Reforma Judiciária – promulgada por Costa Cabral em 21 de Maio de 1841, na sequência da autorização legislativa concedida pela Carta de Lei de 28 de Novembro de 1840 e que haveria de perdurar até 1929.

Em termos sociais económicos e políticos, o país esboroava-se.

Sem recursos energéticos, era impossível operar a Revolução Industrial; a agricultura mantinha-se nos limites da subsistência; a taxa de analfabetismo rondava os 70 por cento.

Por outro lado, a campanha de obras públicas levada a cabo por Fontes Pereira de Melo, levou o Estado ao contínuo endividamento externo. Financeiramente, apenas as remessas dos emigrantes iam adiando o inevitável: a bancarrota, inexoravelmente declarada em Janeiro de 1892.

Politicamente, com o desaparecimento de Anselmo Braamcamp e Fontes Pereira de Melo, os partidos do arco do poder perderam os seus líderes carismáticos. Os Regeneradores, de Hintze Ribeiro, e os Progressistas, de Luciano de Castro, não se entendiam: em três anos, D. Carlos, subido ao trono em Outubro de

1889, empossou seis governos. Os problemas políticos do Rotativismo agravaram-se ao ponto de, em Setembro de 1890, o País ter estado 20 dias sem governo.

Externamente, o Ultimato inglês deixou a Nação em estado de choque: o não reconhecimento internacional das pretensões territoriais portuguesas sobre os territórios entre Angola e Moçambique (o Mapa Cor-de-Rosa) e a forma com a Inglaterra impôs o afastamento de Portugal dessas territórios, fez cair por terra os sonhos de grandeza do Povo Português. Profundamente humilhado no seu brio nacional, uma gigantesca onda de protesto varre o país, soam os primeiros acordos da Portuguesa.

O governo e sobretudo o rei tornam-se alvos preferenciais da opinião pública e da imprensa, particularmente activa e especialmente corrosiva.

Na sequência do Congresso de Janeiro de 1891, uma facção do Partido Republicano que defendia o derrube imediato do regime, passou à acção: no dia 31 de Janeiro desse ano, Augusto Alves da Veiga, das janelas dos Paços do Concelho, no Porto, anuncia a proclamação da República, prontamente reprimida pelas forças da Guarda Municipal, comandadas pelo Major Graça.

Este clima de extrema tensão em que o país vivia foi chão fértil para o surgimento de mais um factor de desestabilização/ ameaça da segurança interna. Com génese na agitação estudantil subsequente ao ultimato e no fracasso da revolução do Porto e ao que parece inspirada na Carbonária de Mazzini, surge em Portugal a Carbonária Lusitana: sociedade secreta de orientação marcadamente libertária, que visava o derrube violento do regime vigente – e que haveria de concretizar os seus desígnios, no dia 1 de Fevereiro de 1908, no Terreiro do Paço, com o assassinato do Rei D. Carlos e do Príncipe Real D. Luís Filipe e, posteriormente, com a revolução de 4 para 5 de Outubro de 1910 – onde pontuavam nomes como Luz de Almeida, António Maria da Silva e Machado Santos. O seu modus operandi, secreto e violento, surpreendeu as autoridades.

A imprensa, cada vez mais corrosiva, era um instrumento político, lançando os mais virulentos e soezes ataques ao regime e ao rei em particular. A “literatura” panfletária não conhecia limites.

Anos antes, longe de imaginar esta agitação explosiva, o Legislador da Novíssima Reforma Judiciária optara pelo sistema misto francês no que toca à estrutura do processo criminal. A



instrução, pré-acusatória, era da competência do juiz em ambas as fases: o corpo de delito, destinado à certificação da existência do crime e, o sumário das querelas, que tinha por finalidade a determinação dos presumíveis culpados. O julgamento era contraditório, público e oral, cabendo o veredicto de facto a um júri.



A figura do juiz de instrução não estava prevista: não havia um juiz incumbido, especificamente, de instruir os processos-crime sem poder participar no julgamento final. Quem instruíra, qualquer juiz, não ficava impedido de participar nos julgamentos das causas que ele próprio investigava. Isto porque a investigação tinha de passar pelo crivo do júri na audiência da ratificação da pronúncia (artºs 1032º e segs da Novíssima Reforma) e, no julgamento final, a matéria de facto seria decidida com a participação de outro corpo de jurados.

O crescente conflito entre o regime, que pretendia manter-se, e a ameaça da oposição radical e libertária que o atacava, levou o Governo a tomar medidas legislativas inéditas: pelo Decreto de 28/08/1893, procede-se à reorganização das polícias e à criação do Juízo de Instrução Criminal. Passou a permitir-se a detenção de suspeitos quando houvesse receio de fuga e isso conviesse ao bom andamento do processo. As detenções eram limitadas a oito dias, prorrogáveis, caso se justificasse, mediante despacho fundamentado do Juiz.

Cinco anos mais tarde, em Janeiro de 1898, foi reorganizada a Polícia, ficando dividida em duas categorias: polícia civil, subdividida em polícia de inspecção e polícia de segurança e polícia de investigação, sob a direcção do Juiz de Instrução Criminal.

Com estas alterações, ficaram centralizadas no Juiz de Instrução Criminal as competências para a investigação dos crimes contra a segurança interior e exterior do Estado, de atentado e ofensa contra o Rei e sua família, de rebelião, de monopólio contrabando e o crimes relativos à apologia da subversão e do anarquismo.

Para o desempenho das funções de Juiz de Instrução, foi nomeado o juiz Francisco Maria Veiga, nos termos do artº 23º da Reforma dos Serviços Policiais de Lisboa, tendo tomado posse a 30 de Agosto de 1893.

Nascido em Almendra, Vila Nova de Foz Côa, estudou direito em Coimbra

terminando o curso com média final de 15 valores. Após a licenciatura, advogou durante algum tempo em Pinhel e Figueira de Castelo Rodrigo.

Foi nomeado Delegado do Procurador Régio de Penela em 18/02/1876. Daí foi transferido para Serpa em 26/07/1876, na sequência de ter processado o administrador do concelho. Posteriormente, foi colocado em Alenquer e daí foi transferido para Lisboa, ainda como Delegado do Procurador.

Em 03/02/1885, é nomeado Juiz de Direito, tomando posse na comarca de Portimão. Em 05/10/1890, toma posse, por promoção, como Juiz de Direito de Almada e, a 26/11/1891 é transferido para a 6ª Vara Cível de Lisboa.

Estava nesta Vara Cível quando foi nomeado para o cargo de Juiz de Instrução, onde permaneceu até 29 de Novembro de 1907.

Logo no dia de 21 de Novembro de 1907, quando veio a público um novo Decreto, a atribuir poderes excessivos ao Juiz de Instrução, e com os quais não concordava, o juiz Veiga não hesitou e pediu para sair do cargo, invocando razões de saúde.

Com efeito, este diploma confirmava, no artº 1º, a exclusiva competência do Juízo de Instrução Criminal para conhecer todos os crimes, cometidos em todo o território, compreendidos nas disposições do artº 253º do Código Penal, do título II do livro II do mesmo código, nos artºs 1º, 2º e 3º da Lei de 13/02/1896 e no artº 2º da Lei de 21 de Julho de 1899 (artº 1º) e, atribuía competência para o julgamento desses crimes a um tribunal colectivo, constituído pelo Juiz de Instrução, que presidia e pelos seus ajudantes (artº 2º), limitando a possibilidade de recurso apenas à sentença final, a interpor para o STJ, e relativo unicamente à nulidade da sentença ou do processo (artº 2º, § 1º).

O Juízo de Instrução acabava, assim, por dirigir todo o processo, desde a instrução ao julgamento e limitava-se o recurso para o STJ apenas ao conhecimento de nulidades processuais, deixando de fora a possibilidade de recurso da matéria de facto, de reapreciação da prova e da aplicação do direito aos factos.

Saído assim do Juízo de Instrução, ingressa na Relação de Lisboa, onde chegou a Vice-Presidente e, depois ascendeu ao Supremo Tribunal de Justiça, onde tomou posse a 11/04/1919, vindo a jubilar-se em 1922.

Detestado pela Imprensa, era o terror dos anarquistas. Apesar de inflexível no exercício do seu cargo, "...o seu indefectível apego à Justiça nunca lhe permitiu a prática de condenáveis violências e jamais proibiu os ataques da imprensa à sua pessoa, não obstante esta, além das diatribes sistemáticas, o ridicularizar através da caricatura, representando-o fardado de polícia, sanhudo e terrível, munido do lápis azul da censura. Esta firme posição de imparcialidade, a ponderação de que sempre fez uso e a sua instintiva repulsa pela arbitrariedade e violência, valeram-lhe o respeito e reconhecimento das suas

altas qualidades morais, por parte dos próprios adversários políticos - Cf. António José de Almeida, Memórias" (in Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura).

A sua elevada preparação técnico Jurídica permitiram-lhe publicar o célebre manual O Ministério Público na Primeira Instância, precioso guia de gerações de Delegados do Procurador Régio e da República até pelo menos à reforma processual penal de 1929.

Juntamente com Trindade Coelho foi autor de um projecto de Código do Processo Penal, que chegou a ser submetido à Câmara dos Deputados pelo então Ministro da Justiça, Borges Cabral (Projecto nº 5-K, de 6 de Março de 1889) e que mereceu a atenção da Revista de Legislação e Jurisprudência, em longo comentário em diversos números dos anos 32º, 33º, 35º (1889 a 1903).



Aliás, a demonstração de que não podia pactuar com o regime que resultava do Decreto de 21 de Novembro de 1907, está patente nas ideias sobre a instrução criminal que deixou expressas nesse projecto de Código de Processo Penal: previa-se que o réu fosse ouvido na fase de instrução do processo, podendo produzir testemunhas e outros meios de prova, perdendo assim, esta fase, "...o carácter de devassa que a assinalava..." e afastando o "...prisma estrito de uma presunção sempre desfavorável ao réu..." e limitada somente aos elementos fornecidos pela acusação (Cf. o discurso de Borges Cabral, de apresentação do Projecto à Câmara dos Deputados, em 6 de Maio de 1899, in RLJ, ano 31º, nº 1418, de 25/03/1899, pág. 497 e segs., mormente pág. 500).

Apesar de criticado por alguns sectores político-jurídicos, a sua elevada craveira técnico jurídica e intelectual voltou a ser reconhecida quando, já na República, em 17 de Maio de 1918, é convidado pelo Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e dos Cultos, Osório de Castro, a apresentar um projecto de código de processo criminal para servir de base aos trabalhos da Comissão de Compilação, Revisão e Reforma da Legislação Sobre Processo Criminal, nomeada pela Portaria de 23/02/1918.

Faleceu em Lisboa a 30 de Dezembro de 1934.

Foi Francisco Maria Veiga, o primeiro Juiz de Instrução em Portugal.

# Reforço dos Poderes do Juiz na Gestão e na Dinamização do Processo



1. A problemática dos poderes do juiz na gestão e dinamização do processo inscreve-se numa outra mais vasta ligada ao exercício de poderes na direcção e gestão do tribunal, relativamente aos quais se revela um défice com larga margem de responsabilidade pelos resultados do sistema de Administração da Justiça e pela imagem dos Tribunais.

Fruto das “amplas liberdades” proclamadas no pós-25 de Abril, a relação hierárquica dentro da estrutura do Tribunal foi diluída, se não mesmo eliminada em aspectos fundamentais, a um ponto que alterações posteriores operadas na Lei das Secretarias Judiciais nunca conseguiram reconstituir a situação que anteriormente se verificava.

Mas não foram apenas aspectos de ordem legal ou corporativa que levaram ao esbatimento dos poderes do juiz na direcção e gestão do Tribunal.

Importa reconhecer, por um lado, que os juizes nunca revelaram especial interesse por essa área. Por outro lado, o volume de processos e a difícil agenda de diligências, assim como um certo decaimento de qualidade dos funcionários judiciais levaram a que os juizes passassem a estar assoberbados com uma multiplicidade de intervenções processuais que impedem ou dificultam o exercício de outras funções.

Noutra perspectiva, muitos juizes adoptaram o sistema de se concentrarem apenas nos processos trazidos ao seu gabinete, desinteressando-se do controlo do funcionamento da secretaria.

Invertendo essa tendência, importaria que os juizes não se desligassem do funcionamento geral dos serviços sob a sua jurisdição, exercendo efectivo controlo sobre os aspectos mais relevantes.

Afinal, são os juizes que acabam por “dar a cara” pelos resultados dos Tribunais de que não podem de modo algum alhear-se.

2. Mas não foi propriamente para tratar de questões de política judiciária que me foi solicitada a intervenção que deve situar-se no reforço dos poderes do juiz na gestão e dinamização do processo.

Compreendam, desde logo, que me circunscreva apenas ao âmbito da jurisdição cível. Não me atrevo a entrar na problemática da gestão e dinamização do

processo penal, matéria de que praticamente sempre estive afastado, mas em que, como jurista e como cidadão, também pressinto a existência de um défice de intervenção ainda mais grave e com resultados ainda mais negativos para a imagem dos Tribunais e dos juizes.

Julgo que em grande parte a causa da situação se encontrará nos quadros legais que permitem o uso e abuso de toda a espécie de incidentes e de expedientes, limitando efectivamente o juiz quando se torna necessário imprimir celeridade e eficácia aos mecanismos processuais.

O sistema de arguição de nulidades e de interposição de recursos bem o evidência.

Quanto à jurisdição cível:

No modelo processual criado em 1939, sem embargo da consagração expressa do princípio do dispositivo e dos seus sucessivos afloramentos em diversas fases processuais (v.g. articulados, apresentação de provas e instrução), não deixaram de se revelar diversas manifestações do princípio do inquisitório, atribuindo ao juiz um papel activo na condução do processo e na busca da verdade material.

Mantendo-se nas posteriores revisões uma constante tensão entre os dois princípios, o dispositivo foi cedendo gradualmente em benefício do inquisitório, sendo as mais recentes opções legislativas orientadas pela necessidade de satisfazer outros objectivos, como o da celeridade e da eficácia dos meios processuais ou da prevalência dos aspectos de ordem substancial sobre os de natureza formal.



As principais alterações no figurino processual ocorreram com a Reforma de 1995/96 que reforçou os poderes do juiz. Para além de se acentuar o poder de direcção do processo, foram-lhe atribuídas novas e relevantes funções que passaram pelo activismo na superação de determinadas excepções dilatórias

supríveis, pela interferência no aperfeiçoamento da generalidade dos articulados deficientes ou irregulares, pela ampliação dos poderes ao nível da busca da verdade material, pela necessidade de actuar o princípio da cooperação ou pela consagração, em moldes até então desconhecidos, do princípio da adequação formal.

Mais séria foi a assunção de que o processo civil deveria centrar-se nas questões materiais, secundarizando, numa escala até então ignorada, diversos aspectos de ordem meramente formal.

Este modelo processual continua a ser apelidado por alguns de “autoritário”. Mas é claro que, estando bem distante a conjuntura política que rodeou a elaboração do CPC de 1939, não é legítimo estabelecer uma tal confusão, aliás, sem qualquer interesse prático, entre a vertente autoritária dos poderes que inicialmente eram conferidos ao juiz e os actuais poderes de direcção que, até por razões de ordem constitucional, só poderão ser usados na medida em que satisfaçam os objectivos projectados para os Tribunais: apreciação de conflitos e regulação de interesses de forma justa, em prazo razoável, nos termos do art. 20º da CRP.

3. Constata-se, porém, nesta área, uma postura ambígua do legislador.

Por um lado, sucessivas alterações legais vêm obedecendo a uma lógica de acentuação do papel do juiz em todas as fases processuais. Por outro, tem sido constantemente mantida a regra da recorribilidade, praticamente sem limites, de todas as decisões, mesmo das proferidas ao abrigo dos referidos poderes de direcção ou no exercício dos deveres de inquisitorialidade.

Trata-se de um verdadeiro paradoxo: a função do juiz é sucessiva e constantemente insuflada com novos poderes que devem servir para orientar a condução do processo, tendo em vista a consecução dos objectivos propostos para um modelo processual que responda às necessidades da sociedade e da economia.

Porém, em simultâneo, apesar das diversas reformas, têm sido sucessivamente mantidas normas que, de forma indirecta, contrariam tais directrizes, esvaziando aqueles poderes, através da admissibilidade, praticamente

sem peias, da impugnação das decisões proferidas.

Basta enunciar alguns exemplos para se tornar evidente aquela postura paradoxal.

O juiz deve providenciar pelo andamento regular e célere do processo, promover oficiosamente as diligências necessárias ao normal prosseguimento da acção e obstar ao que for impertinente ou meramente dilatatório (art. 265º, nº 1). Deve providenciar, mesmo oficiosamente, pelo suprimento da falta dos pressupostos processuais (art. 265º, nº 2). Cumpre-lhe determinar a prática dos actos que melhor se ajustem ao fim do processo, quando a tramitação processual não se adequa às necessidades da causa (art. 265º-A). Deve interessar-se pela remoção de obstáculos que uma das partes encontre relativamente ao cumprimento de ónus ou de deveres processuais (art. 266º, nº 4). Deve, enfim, assegurar um estatuto de igualdade substancial das partes ao longo de todo o processo (art. 3º-A).

Confrontados com estes e com outros normativos semelhantes, sem a necessária contextualização, poderíamos ser levados a concluir que ao juiz, independente e equidistante das partes, seria atribuído um papel central que, sem perda da segurança jurídica e com obediência a outros grandes princípios, lhe permitiria tornar eficazes os mecanismos processuais.

Nada de mais errado.

Com efeito, por detrás das proclamações de princípios que constam, por exemplo, os arts. 265º e 265º-A, outros preceitos, bem mais incisivos, determinam o seu quase esvaziamento.

Na verdade, estas e outras normas que aparentemente atribuem poderes ao juiz que certos modelos processuais de pendor neo-liberal recusam convivem com outras que admitem a interposição de recurso de todas as decisões judiciais (art. 676º, nº 1), com limitadas excepções correspondentes a despachos de mero expediente ou proferidos ao abrigo de poderes discricionários (art. 679º).

São contados os casos em que aquele reforço de poderes é coerentemente acompanhado da previsão da irrecorribilidade das decisões que lhes correspondam, relevando essencialmente o despacho de convite à supressão de irregularidades ou de insuficiências dos articulados (art. 508º, nº 6), o disposto no nº 2 do art. 265º (suprimento da falta de pressupostos processuais) ou o despacho que prorroga o prazo de apresentação da contestação (art. 486º, nº 6).

Mesmo no âmbito do regime do processo experimental (Dec. Lei nº 108/06, de 8-6), em que, com mais arrojo, poderia e deveria ter sido “experimentalmente” uma solução diversa, o legislador manteve-se apegado ao “dogma” da admissibilidade de um segundo grau de jurisdição em questões de índole meramente instrumental.

Assim, sob a capa de uma aparente exponenciação dos poderes do juiz,

englobados no dever de gestão processual que, na apregoada intenção do legislador, permitiria que fosse adoptada a tramitação processual concretamente mais adequada às especificidades da causa, que fosse adaptado o conteúdo e a forma dos actos ao fim que visam atingir ou adoptados mecanismos de agilização processual, nem assim se abdicou da recorribilidade das respectivas decisões de natureza instrumental, pois que até em relação a uma medida tão banal como a da agregação de acções (art. 6º) se preveniu a sua impugnação, ainda que diferida, no recurso a interpor da decisão final.

Ainda mais recentemente, com a revisão do regime dos recursos operada em 2007, em que se justificaria um avanço que se traduzisse na moderação do direito de impugnação de decisões judiciais de cariz adjectivo, fortalecendo efectivamente o poder de direcção do juiz e fazendo jus a outros princípios de não menor valia, a opção foi pelo diferimento do direito de impugnação da generalidade das decisões interlocutórias para o recurso da decisão final, nos termos do art. 691º, nº 3. Solução que, determinando uma efectiva redução do número de recursos intercalares, não resolveu o problema essencial e apenas o agravou com a inviabilização do caso julgado formal relativamente à generalidade das decisões de pendor adjectivo, mantendo a possibilidade da sua impugnação, com todos os riscos de insegurança e os inerentes custos de ineficiência.



Repare-se que a possibilidade de, no momento final, reavivar decisões de natureza estritamente processual foi mantida mesmo relativamente àquelas que incidiram sobre nulidades processuais. Desde que, em teoria, a irregularidade cometida seja susceptível de influir no exame e decisão da causa, nos termos do nº 1 do art. 201º (e praticamente todos os actos se podem incluir nesta previsão normativa), a decisão que sobre a mesma incida fica pendente de posterior impugnação.

4. Ora, não é compatível a atribuição ao juiz de um poder-dever de direcção do processo (ou do poder de gestão processual, como se refere no art. 2º do regime processual experimental) com a

manutenção do regime que considera recorribel toda e qualquer decisão, ainda que de natureza puramente procedimental.

A perspectiva (ou o receio) de interposição de recursos, mesmo em relação a decisões sem efectivo relevo, potencia que o juiz acabe por não interferir, com eficiência, na tramitação processual, beneficiando, de forma indirecta, a parte a quem interesse o arrastamento da lide.

O facto de toda e qualquer decisão (salvo as que notoriamente não têm qualquer relevo) ser passível de impugnação, ou em recurso autónomo ou com o recurso da decisão final, leva a que exista uma natural inércia, com reflexos na morosidade da resposta judiciária.

A regra segundo a qual apenas estão isentos de impugnação despachos proferidos no “uso legal de poderes discricionários” ou que sejam de qualificar como de “mero expediente”, uns e outros definidos no art. 156º, tem levado a que, com frequência muito superior à desejável, os juizes se abstenham de actuações de relevo susceptíveis de favorecerem os objectivos da celeridade e da justiça material.

Repare-se que mesmo quando o juiz indefere determinada diligência, por considerar que a mesma tem efeitos meramente dilatatórios, a decisão pode ser impugnada, de onde poderá resultar a sua revogação e a consequente anulação dos actos posteriores.

Também assim nos casos em que o juiz, já plenamente convencido da veracidade ou da inveracidade de certos factos, decide interromper a produção de uma inquirição que considere meramente repetitiva ou inócua, sujeitando-se, apesar das evidências, a que a decisão seja impugnada e que, por causa disso, seja anulado o julgamento.

Creio que é esta uma das causas principais da ineficiência e da morosidade dos processos declaratórios, já que naturalmente suscitará menos problemas, a esse nível, uma actuação pautada pela passividade do que uma outra, mais actuante, dinâmica e racional, que leve a indeferir requerimentos injustificados, a determinar a aceleração do processo ou a

obviar a que a parte interessada na morosidade da resposta judiciária (efectivamente há sempre uma parte que lucra com a morosidade!) acabe por extrair proveito de manobras dilatórias ou de desvio ao objectivo central do processo de fazer coincidir, tanto quanto possível, a verdade judiciária com a realidade que subjaz ao litígio.

Uma atitude passiva que, por exemplo, se furte aos inconvenientes de uma posterior revogação de decisões ou de anulação do processado, acaba por agravar o problema candente da real eficácia dos meios processuais.

5. Ainda que isso nunca tenha sido expressamente assumido, tudo leva a crer que a situação criada e sucessivamente mantida tem subjacente uma postura de desconfiança relativamente ao uso dos poderes por parte do juiz.

Por isso, atribuindo-lhe o legislador, com uma mão, poderes de contornos, por vezes, indeterminados, com a outra mão, retira, pois é disto que se trata quando, sob qualquer pretexto, se admite a possibilidade de introduzir um mecanismo impugnatório, ainda que de natureza diferida, nos termos do art. 691º, nº 3, do CPC.

Sem hesitações e sem contradições, é tempo de definir qual o modelo que mais convém: aquele em que o juiz é fundamentalmente mero árbitro do litígio, no qual as partes se digladiam, de acordo com regras apertadas, suportando as consequências das suas opções ou, ao invés, um outro em que, sem embargo dos ónus processuais que recaem sobre as partes nos momentos decisivos, são conferidos ao juiz efectivos poderes de direcção do processo ou de suprimento de consequências negativas de certas opções secundárias ou meramente instrumentais das partes.

Sendo esta a opção, por ser aquela que melhor corresponde à nossa tradição e que atribui relevo à justiça material do caso, desprezando, até limites suportáveis, aspectos de natureza eminentemente formal, importa que se assumam todas as consequências, entre as quais se inscreve a confiança no juiz, a quem cabe a tarefa de Administração da Justiça, acreditando que a posição de equidistância em que se encontra relativamente às partes e o desinteresse, no sentido estrito do termo, pelos resultados alcançados, influirão no exercício do poder de direcção e das faculdades em que o mesmo se decompõe de forma equilibrada, seguindo presuntivamente o caminho que melhor conduza à decisão justa, célere e eficaz.

Em suma, é tempo de se definir, em termos inequívocos, qual o paradigma de intervenção do juiz na acção declarativa, resolvendo de vez se se pretende enveredar por um caminho em que ao efectivo poder de direcção do processo corresponde um adequado nível de confiança na razoabilidade dos critérios que utilizará na condução dos aspectos instrumentais da lide, ou se, dando guarida a factores de desconfiança,

devem também ser assumidos sem rodeios os efeitos negativos que isso determina na morosidade processual.

Os tempos (estes ainda mais do que os anteriores) não parecem propícios à manutenção de equívocos.

O constante aumento do número de processos pendentes, associado ao aumento dos tempos de espera na primeira instância, não favorece soluções desequilibradas e das quais apenas deriva um agravamento da situação.

Não constituindo o direito ao recurso em matéria cível (maxime quando tenha por objecto decisões de natureza puramente instrumental) uma garantia constitucional, importa que se façam opções claras entre os diversos valores que devem ser acautelados: entre o excessivo garantismo que leve a admitir a recorribilidade, praticamente sem limites, de decisões irrelevantes ou secundárias, ou a introdução de factores que, visando a decisão célere dos casos, sejam consequentes com a atribuição ao juiz do efectivo poder de levar o processo a bom termo, permitindo que, de forma eficaz, sejam afastados os factores de morosidade na resposta judiciária.

Atenta a complexidade da tramitação processual e o uso abusivo que tende a ser feito de certos dispositivos legais, justifica-se plenamente a atribuição ao juiz de poderes que realmente permitam abreviar a solução dos pleitos, em vez da mera enunciação de “poderes virtuais” que, sintetizados no art. 265º do CPC, são imediatamente infirmados por outras normas secundárias que permitem a impugnação indiscriminada de todas as decisões proferidas.

6. Este foi um dos aspectos mais importantes discutidos no âmbito da Comissão de Reforma do CPC que elaborou a proposta entregue no Ministério da Justiça em Dezembro de 2011 e em fase de discussão pública.

O resultado é bem visível através de diversos preceitos projectados, os quais reflectem a manutenção da aposta num modelo em que ao juiz é atribuído um poder central, ocupando-se (e preocupando-se) com a efectiva direcção do processo e com respeito por princípios já enraizados na nossa tradição jurídica, como o da celeridade, da eficácia ou da prevalência das razões substanciais sobre as de natureza formal.

Reforçado este poder genérico, nos termos do nº 2 do art. 265º, foi transposta para o CPC a solução já testada no âmbito do regime do processo experimental.

Assim, àquele princípio pretende-se que acresça o da “gestão processual” em termos tais que, de acordo com o novo art. 265º-B, sob a epígrafe “princípio da gestão processual”, caberá ao juiz dirigir “activamente o processo, determinando, após audição das partes, a adopção dos mecanismos de simplificação e agilização processual que, respeitando os princípios da igualdade das partes e do contraditório, garantam a composição do litígio em prazo razoável”.

É ainda na ampliação dos referidos poderes, associados à potenciação da eficácia dos meios processuais, que se inscreve, por exemplo, a programação da audiência final no âmbito da audiência preliminar, depois de auscultadas as partes (arts. 508º-A, nº 1, al. g), e 508º-C, nº 2, al. d)), extraindo, depois, desse compromisso, as devidas consequências, nos termos do art. 650º, nº 2, al. a), in fine.

7. Mas a experiência demonstra que uma tramitação do processo que obedeça simplesmente aos impulsos das partes tem tendência para se arrastar, com perda de eficácia e de celeridade, reclamando um efectivo reforço dos poderes do juiz.

Assim, tendo-se optado pela manutenção do preceituado no art. 679º - que excepciona da recorribilidade os despachos de mero expediente ou os proferidos no exercício legal de poderes discricionários - e mantendo-se igualmente o disposto no art. 508º, nº 6, relativamente aos despachos de convite ao aperfeiçoamento dos articulados, assume-se claramente que são irrecorríveis os despachos proferidos ao abrigo do princípio da adequação formal (nº 2 do art. 265º-A) e, mais importante ainda, os que decorrem da aplicação do novo princípio da gestão processual (art. 265º-B).

Também são irrecorríveis, por exemplo, as decisões que se traduzam na admissão de depoimentos testemunhais para além do número máximo permitido, fazendo, deste modo, jus aos poderes de direcção do juiz, a quem competirá formar a convicção sobre o que se encontra provado e não provado, contrabalançando a redução para metade do número de testemunhas que, em regra, podem ser inquiridas no processo ordinário (art. 632º, nºs 1 e 4).

Menos importância prática decorre, porventura, da consagração da irrecorribilidade das decisões proferidas sobre nulidades relativas (nº 4 do art. 201º), uma vez que, na generalidade dos casos, apenas são impugnáveis com o recurso a interpor da decisão final, nos termos do art. 691º, nº 3.

Apesar disso, a expressa previsão da irrecorribilidade de decisões que não conflituem com os princípios da igualdade ou do contraditório ou com as regras da aquisição processual e da admissibilidade dos meios probatórios constitui um sinal acrescido de que efectivamente se pretendeu reforçar os poderes do juiz relativamente a actos com cunho marcadamente instrumental e que não colocam directamente em causa os interesses das partes.

Só desse modo sai valorizada efectivamente a intervenção do juiz, propiciando condições para que, acima de eventuais interesses das partes, se privilegiem os valores que o processo civil deve prosseguir: apreciar, com celeridade e eficácia, litígios na esfera do direito privado (art. 2º), conferindo efectivamente a possibilidade de obstar a estratégias que se orientem pela dilação da resposta judiciária ou pela ineficácia das sentenças.



# III Encontro Nacional de Juízes

Caldas da Rainha - Maio 2012





# III Encontro Nacional de Juízes

Caldas da Rainha - Maio 2012





# Festa de Natal



e de apresentação da candidatura do Sr. Conselheiro Serra Baptista



Continua na última página...

# Publicidade

16 Justiça e Democracia 09 Setembro 2012 - Janeiro 2013



ivity



## A VIDA PRECISA DO MELHOR CAFÉ



DESDE 1961

A vida quer o que é bom. E já se sabe o que isso é. O café Delta foi votado o café com melhor sabor e aroma num blind test, no âmbito do estudo Escolha do Consumidor realizado em Portugal. É sempre bom ver provado aquilo que já se sabe há mais de 50 anos.

[www.delta-cafes.com](http://www.delta-cafes.com)



O CAFÉ DA SUA VIDA



# Parecer relativo às alterações ao Código Penal, Código do Processo Penal e Código de Execução de Penas

## 1. NOTA PRÉVIA:

Em resposta ao ofício emanado do gabinete de Sua Excelência a Senhora Ministra da Justiça, cumpre, antes de mais, agradecer o convite de V. Excelência para que o Movimento de Justiça e Democracia apresente as sugestões e comentários tidos por convenientes quanto às propostas de lei de alteração dos Códigos de Execução de Penas e medidas privativas da liberdade, Código Penal e Código de Processo Penal.

O Movimento de Justiça e Democracia não poderia deixar de responder ao convite de Sua Excelência a Senhora Ministra da Justiça, bem demonstrativo do empenho que coloca na resolução dos entraves à realização da justiça penal e, sobretudo indicador da importância que atribui à audição daqueles que, também com empenho, procuram, antes de mais, a realização da justiça, os juízes portugueses.

O presente escrito não tem a pretensão de ser exaustivo, nem tão pouco de constituir uma reflexão teórica aprofundada sobre os principais temas e normativos tocados por estas propostas de lei, procurando-se apenas deixar expressas as nossas considerações eminentemente práticas sobre os reflexos das alterações propostas.

A emissão do parecer solicitado parte do pressuposto, publicamente assumido por Sua Excelência a Senhora Ministra da Justiça, de que estamos perante uma reforma intercalar, cirúrgica, que antecederá uma reforma mais profunda e sistémica.

Neste contexto, limitar-nos-emos a emitir a nossa opinião sobre as alterações propostas, sugerindo pequenos melhoramentos às mesmas, bem como outras, meramente pontuais, que não impliquem alterações estruturais ou sistémicas.

Assim, e muito embora o Movimento Justiça e Democracia tenha outras propostas que gostaria de sugerir, reservamos a sua apresentação para quando ocorrer a projectada reforma mais profunda do Código de Processo Penal, assim nos seja dada a honra de sobre a mesma nos pronunciarmos.

## II. APRECIACÃO GLOBAL:

As alterações propostas, indo no sentido do reforço da efectiva busca da verdade material e revelando preocupações de celeridade processual são, na nossa perspectiva, globalmente positivas.

Pensamos, porém, que se deveria aproveitar a oportunidade para, introduzindo-se algumas alterações de redacção em algumas normas, se clarificar o sentido das mesmas, por forma a resolver

algumas divergências jurisprudenciais na sua interpretação, como se pretende fazer (e bem) com as alterações de redacção projectadas, designadamente, para os artigos 340º, 356º, e 412º.

Assim, também deveria ocorrer uma clarificação de sentido, com a alteração da redacção dos arts 113º, nº 9 (quanto aos actos que devem ser notificados, obrigatoriamente, tanto ao mandatário como ao mandante e quais os actos que apenas devem ser notificados ao primeiro) 196º (no sentido de as notificações por via postal simples deverem continuar a ser feitas, mesmo após a sentença, para a morada indicada no termo de identidade e residência), 371º-A (quanto ao prazo para requerer a reabertura da audiência) e 426º (quanto à excepionalidade do reenvio).

Também é nosso parecer de que se deveria aproveitar a oportunidade para introduzir pequenas alterações que, sem colocarem em causa a qualidade da justiça e das decisões judiciais, permitissem, em alguns casos, a simplificação de procedimentos ou de actos, com alívio de meios e de custos, como seja a possibilidade de dispensa de audição presencial do arguido nos termos do artº 495º, a possibilidade de remissão, na sentença, para a acusação, quanto aos factos que integram o crime, em caso de confissão integral e sem reservas julgada válida pelo tribunal ou a possibilidade de remissão para o auto de notícia, em casos de confissão integral e sem reservas, pelo arguido, em primeiro interrogatório, do que consta do auto de notícia.

De igual modo, se deveria prever a possibilidade de, o cumprimento do dever de informação ao arguido, previsto no artº 141º, nº 4, als. b), c) e d), se poder bastar com a leitura do auto de notícia e a consignação em acta de tal facto.

Por último, suscitam-se nos reservas quanto:

- ao carácter ilimitado da aplicabilidade do processo sumário, não tanto relativamente à forma processual, mas mais no que concerne à intervenção do juiz singular no julgamento dos crimes mais graves;

- ao afastamento completo da possibilidade de suspensão provisória do processo nos crimes a que é aplicável pena acessória de inibição de conduzir;

- ao excessivo formalismo atribuído às perícias e as consequências cominadas para a inobservância daquele, sem que se preveja uma cláusula de salvaguarda, a permitir menor formalismo para as perícias mais simples ou que, ao menos, se permita a sua livre valoração (ou seja, retirando-lhe o

valor probatório reforçado, que ficaria reservado para as perícias que cumprissem o apertado formalismo legal proposto).

## III. APRECIACÃO DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS

1. Alterações que nos merecem reservas ou melhoramentos

a) Suspensão provisória do processo  
Parece-nos excessiva a projectada consagração da impossibilidade de suspensão provisória do processo, quando ao crime for aplicável pena acessória de inibição de conduzir, não só porque as finalidades avançadas para a alteração podem ser acauteladas por outra via, mas também porque se está a suprimir esta forma de consenso, para o tratamento das situações menos graves. É que, não só os crimes rodoviários já se inserem na chamada pequena criminalidade, como mesmo dentro deste tipo de crimes, existem situações concretas de menor gravidade, cuja resposta adequada e proporcional se basta com a suspensão provisória do respectivo processo, ainda que com condições (injunções e regras de conduta), sem manchar o registo criminal nos casos de diminuta gravidade.

Na verdade, o consenso pode e deve abranger a inibição de conduzir, passando a fiscalização desta pela entrega da carta de condução e pela sua comunicação ao IMTT para obstar à obtenção de uma sua segunda via. Mas mais: como existe uma base de dados onde são registadas as suspensões que se decretam e como não pode haver nova suspensão quando o arguido, por idêntico crime, já dela tenha anteriormente beneficiado (cfr. artº 281º, nº 1, al. c) do C.P.P.), tudo fica salvaguardado. O que existe é uma economia de meios e de ganhos, desde logo, para o tribunal que, assim, ficará menos assobrecido para acorrer a todos os outros julgamentos.

Em alternativa à solução preconizada no Projecto, propomos a manutenção da suspensão provisória do processo, quanto aos crimes a que seja aplicável pena acessória de inibição de conduzir, acompanhada das seguintes alterações normativas:

- A consagração da obrigatoriedade de sujeição do arguido às injunções e regras de conduta de entregar a sua carta de condução no tribunal e de não conduzir durante determinado período (não podendo este ser inferior ao equivalente período da pena acessória);

- A consagração da obrigatoriedade de ser comunicado, à competente autoridade administrativa, o período durante o qual o arguido não pode conduzir;

- Introdução, no artº 353º do Código Penal, da criminalização do exercício da condução em violação de injunção ou regra de conduta aplicada em decisão de suspensão provisória do processo.

#### b) Perícias

À luz dos princípios da realização da justiça e da verdade material, e das posições processuais, tanto da defesa, como da acusação, parece-nos excessiva, a consequência prevista no projectado nº 6 do artigo 154º, quando aplicado indiscriminadamente a todo e qualquer relatório pericial que não tenha sido ordenado pela autoridade judiciária ou cujo despacho não contenha todos os requisitos previstos no projectado nº 1 do mesmo artigo.

Seria mais consentâneo, com os apontados princípios (em vez da projectada consagração de proibição absoluta de valoração como prova), retirar a tais relatórios periciais o seu valor reforçado como prova pericial, mas permitir a sua livre apreciação pelo julgador.

Esta solução, que propomos, é até mais coerente com espírito da própria reforma.

c) Alargamento do âmbito do processo sumário:

Merece a nossa inteira concordância a possibilidade de submeter a julgamento imediato os arguidos detidos em flagrante delito, independentemente da pena aplicável ao respectivo crime, por tal possibilitar uma justiça célere, com importantes reflexos na reposição da confiança da comunidade no sistema de justiça e por melhor servir as necessidades de prevenção geral e especial.

graves, é sempre mais elevada e, portanto, mais restritiva de direitos).

Se é verdade que, nos casos de detenção em flagrante delito não se suscitam grandes dificuldades de apreciação da prova, o mesmo já não se passa, portanto, quanto à escolha da medida da pena.

Ora, se pensarmos que, quando intervém o tribunal colectivo, o mesmo é composto por dois (nos círculos) ou por três (nas varas) juízes com mais de dez anos de serviço e elevada nota de mérito, facilmente se conclui pelas acrescidas garantias de defesa que representa a reserva de colectivo para o julgamento dos crimes mais graves, com uma muito melhor ponderação na determinação da medida concreta da pena.

Assim, para um doseamento equilibrado entre as necessidades de reforço da celeridade processual e as garantias de defesa, propomos, em alternativa, a adopção de uma das duas seguintes soluções:

- A limitação (em função da pena) da possibilidade de sujeição a julgamento em processo sumário, quando estejam em causa crimes puníveis com pena de prisão não superior a 10 anos (deste modo, passam a poder ser julgados em processo sumário, designadamente, os furtos qualificados e os roubos simples, mantendo-se excluídos desta forma processual os outros crimes mais graves); ou

- Fazer intervir o tribunal colectivo no julgamento em processo sumário, quando estejam em causa crimes puníveis com pena de prisão superior a 10 anos.



Tal como no Projecto, também nos parece dever ser seguida, para tal finalidade, a forma de processo sumário.

Vemos, contudo, com algumas reservas, até do ponto de realização da justiça e das garantias de defesa, o julgamento dos crimes mais graves ser, por essa via, atribuído ao juiz singular.

É pacífico que a intervenção do tribunal colectivo se justifica, para que, nos crimes mais graves haja garantias acrescidas, por um lado, de uma melhor ponderação na apreciação da prova e na decisão da matéria de facto e, por outro lado, na mais acertada, ponderada e amplamente discutida escolha da medida concreta da pena (a qual, nos crimes mais

Em qualquer dos casos, devem manter-se os demais requisitos legais, designadamente o flagrante delito.

Com a adopção da segunda alternativa que propomos, conjuga-se a introdução de importantes factores de celeridade processual, trazida pela forma do processo sumário, com a manutenção das garantias de defesa, dadas pela intervenção do colectivo, quanto aos crimes mais graves.

d) A não obrigatoriedade de o arguido declarar quais os seus antecedentes criminais

No que concerne ao interrogatório do arguido detido, convém, ainda, salientar que é muito importante que não se elimine

a obrigatoriedade de o arguido responder com verdade às perguntas feitas sobre os seus antecedentes criminais.

No nosso país o juiz não tem acesso em tempo útil ao certificado de registo criminal dos arguidos, e, assim sendo, se o arguido nada disser sobre os seus antecedentes criminais o juiz não tem outro meio de ter acesso a essa importante informação.

Note-se que, a maior parte das vezes, a existência de antecedentes criminais pela prática do mesmo tipo de crime é a pedra de toque fundamental para perceber se existe ou não perigo de continuação da actividade criminosa. Sem o conhecimento dos antecedentes criminais corremos o risco de colocar em liberdade um traficante de droga que está em liberdade condicional por via de uma outra condenação pela prática de crime de tráfico de droga.

Por outro lado, não há qualquer prejuízo para o arguido em responder no interrogatório judicial sobre os seus antecedentes criminais porque os únicos presentes na diligência são o Juiz, o magistrado do MP e o seu advogado.

No futuro, caso o juiz tenha acesso em tempo real ao certificado de registo criminal, nada temos a opor a esta alteração.

e) Detenção do arguido por 48 horas até ser presente a julgamento em processo sumário:

No que toca à possibilidade de o arguido ficar detido durante 48 horas a aguardar julgamento, propõe-se na proposta de lei o regresso a um sistema que já vigorou no passado sem resultados muito positivos e que gerava grandes constrangimentos e dificuldades.

Dir-se-á, sem prejuízo de um estudo mais aprofundado, que a maior parte dos arguidos notificados para julgamento em processo sumário, não falta.

Por outro lado, a detenção durante 2 dias de um cidadão que nunca esteve preso, que muitas vezes é primário, jovem delinquente, e que não ficará, na maior parte dos casos, preso na sequência do julgamento a que será sujeito, é um tanto compressora das liberdades individuais.

Acresce que se coloca sob grande pressão os tribunais de turno, quer de férias quer de sábado, que terão uma grande acréscimo de serviço, obrigando à colocação de muitos mais juízes em turno, com os inerentes custos que isso acarreta quer no pagamento aos magistrados quer aos funcionários.

2. Alterações com as quais concordamos

Merecem globalmente a nossa adesão, as demais alterações constantes do Projecto, pelas mesmas razões elencadas na respectiva exposição de motivos, das quais destacamos e aplaudimos, pelo equilíbrio e razoabilidade:

a) A possibilidade de o juiz de instrução, no inquérito, aplicar medida diversa da proposta pelo Ministério Público, para acautelar perigos diversos do de perturbação do inquérito;

b) O alargamento do âmbito de aplicação do processo sumário (mas já não a não possibilidade de intervenção do tribunal colectivo para julgamento dos crimes mais graves);

c) O alargamento do âmbito de valoração das declarações prestadas pelo arguido, em fases anteriores do processo, acompanhado do reforço das garantias de defesa;

d) A possibilidade de leitura em julgamento de declarações anteriormente prestadas, quando a impossibilidade duradoura consiste em impossibilidade de convocar o depoente;

e) A compatibilização do regime constante do artº 340º, com a dever de atempadamente serem indicados os meios de prova da acusação e da defesa, respectivamente, na acusação e na contestação.

#### IV. AS ALTERAÇÕES QUE PROPOMOS

##### 1. Visando a clarificação normativa

a) Actos a notificar à parte e ao seu mandatário (artº 113º, nº 9):

O artº 113º, nº 9 prevê, na sua primeira parte, como regra, que as notificações ao arguido, às partes civis e ao assistente sejam feitas ao respectivo advogado, ressalvando, na sua segunda parte, como excepções, os casos em que a notificação tem que ser feita, tanto à parte, como ao mandatário.

Contudo, a redacção da norma, na sua aplicação concreta, tem suscitado, diariamente, interpretações e consequentes procedimentos divergentes, com prejuízo para os princípios da certeza e segurança jurídicas, designadamente em termos de contagem de prazos processuais das partes. Para não falar já nos acrescidos custos para o erário público que a duplicação de notificações implica.

Assim, o entendimento que vê, na segunda parte da norma, exemplos padrão e, na primeira parte da norma, um carácter meramente residual, tende a generalizar a necessidade de as notificações serem feitas tanto às partes como aos seus mandatários/defensores.

Ao invés, para quem, como nós, vê na primeira parte do artigo, a regra geral e, na segunda parte, as excepções à regra, aplica, como princípio geral o de que as notificações devem ser feitas, apenas aos mandatários, só o devendo ser tanto ao mandatário como ao mandante nos casos expressamente previstos.

Por estarmos convictos que é a própria redacção do artigo em apreço que tem dado lugar às apontadas divergências, propomos a sua alteração, sugerindo a seguinte redacção:

“9. As notificações do arguido, do assistente e das partes civis são feitas ao respectivo defensor ou advogado. Só as notificações da acusação, da decisão instrutória, do despacho que designa dia para julgamento, da sentença, de aplicação de medidas de coacção e de garantia patrimonial e para contestar o pedido de indemnização, devem ser feitas tanto ao advogado ou defensor nomeado, como ao arguido, ao assistente e às partes civis; neste caso, o prazo para a prática de acto processual subsequente conta-se a partir da data da notificação efectuada em último lugar”.

Esta alteração que propomos, para além das vantagens de clarificação interpretativa, permite não só uma maior celeridade processual, mas também e

essencialmente elevadas poupanças para os cofres do Estado.

b) Quanto ao prazo para requerer a reabertura da audiência (artº 371º-A):

Com a consagração, no artº 371º-A, da possibilidade de o arguido, mesmo após o trânsito em julgado da condenação, requerer a reabertura da audiência para aplicação de lei penal mais favorável que entretanto tenha entrado em vigor, introduziu-se uma importante excepção aos princípios da segurança e certeza jurídicas, restringindo-se o âmbito de eficácia do caso julgado material, para salvaguarda de outros princípios, mormente da igualdade.

Contudo, o legislador de então não estabeleceu expressamente um prazo específico para a prática deste acto processual (consistente em requerer a reabertura da audiência), e muito menos estipulou o termo inicial da contagem de tal prazo, gerando interpretações e aplicações divergentes. Havendo, assim, tanto quem defenda a aplicação do prazo processual geral de dez dias, a contar da entrada em vigor da lei penal tida por mais favorável, como até quem defenda não haver qualquer prazo, podendo ser sempre requerida a reabertura da audiência enquanto a pena estiver em execução.

Para além da elevada insegurança e incerteza que representa a apontada divergência de entendimentos, afigura-se nos ser desproporcionalmente restritiva dos supra apontados princípios constitucionais, a não previsão de um prazo claro para o exercício do direito a requerer a reabertura da audiência.



Para compatibilizar os diversos princípios constitucionais em presença, sugerimos que a norma vigente passa a ser o nº 1 do artº 371º-A, aditando-se o nº 2, com a seguinte redacção:

“2. O requerimento deve ser formulado no prazo de 30 dias, a contar da data da entrada em vigor da lei penal referida no número anterior.”

c) Quanto à excepcionalidade do reenvio (artº 426º):

Muito embora resulte já da disciplina vigente sobre recursos e em especial do artº 426º, o carácter excepcional do reenvio para novo julgamento e bem assim, de se determinar que os autos baixem à primeira instância para elaboração de nova sentença, por anulação da primeira, lamentavelmente, nem sempre tem sido feita uma aplicação correcta das respectivas normas, por os tribunais

superiores, podendo o fazer na maioria das situações, não suprimem, eles próprios, os vícios que detectam.

Como refere o Prof. Menezes Cordeiro (no seu “Litigância de Má-Fé Abuso do Direito de Acção e Culpa In Agendo”, 2ª Edição, Almedina, pág. 27), “o excesso de garantismo é, por vezes, potenciado pelos tribunais superiores, quando anulam, por razões formais que não interferiram na decisão, sentença que anteveem como materialmente correctas. Desconsiderar a primeira instância é gravoso para a autoridade da Justiça”.

Assim, propomos a introdução de um artigo, contendo a expressa consagração do princípio do carácter excepcional, da baixa do processo à primeira instância, tanto para ser proferida nova sentença, em consequência da anulação da primeira, como para reenvio do processo para novo julgamento, podendo o mesmo ter o seguinte teor:

“Artigo 426º-B (carácter excepcional da baixa dos autos à primeira instância, para reformulação da sentença e do reenvio)

1. Só pode haver lugar à anulação da sentença da primeira instância e à baixa do processo para elaboração de nova sentença ou ao reenvio para novo julgamento, quando o tribunal superior, pela reapreciação da prova oral gravada ou documental junta aos autos, ou ainda pela requisição de documentos ou informações, não possa suprimir o vício detectado.

2. Ainda que o vício subsista, só pode haver lugar à baixa do processo para elaboração de nova sentença ou ao reenvio para novo julgamento, se o vício for essencial para o sentido do mérito da decisão tomada pela primeira instância.

3. É essencial o vício quando se reporta:

- a factos essenciais para o preenchimento da previsão da norma penal incriminadora ou para a escolha e medida da pena;

- a provas de que o tribunal da primeira instância se socorreu para formar a sua convicção, sem as quais, o seria diverso o sentido da decisão da matéria de facto a respeito dos factos essenciais.”

2. Visando a simplificação processual:

a) Exercício do contraditório quanto

à falta de cumprimento das condições da suspensão da execução da pena (artº 495º)

Prevê o artº 495º, nº 2 na sua redacção actual, a obrigatoriedade de o tribunal, para decidir do incumprimento das condições de suspensão da execução da pena, ouvir o condenado “na presença do técnico que apoio e fiscaliza o cumprimento das condições da suspensão”.

Contudo, nada se prevê quanto ao procedimento a seguir quando o condenado não está a ser acompanhado por técnico (o que ocorre sempre que a suspensão da execução da pena não ficou sujeita a regime de prova), nem quando o fundamento que motiva a reapreciação da manutenção do regime da suspensão se prende com o cometimento de novos crimes durante o período da suspensão.

Tal regime comporta, como um dos entendimentos possíveis, a interpretação de que em qualquer circunstância e com qualquer fundamento, o condenado deva sempre ser ouvido presencialmente.

O que se tem verificado na prática é que, a necessidade de audição presencial do condenado se tem vindo a revelar um acto inútil (por falta de comparência do arguido, na maioria das vezes, ou nada acrescentar, designadamente, ao facto de ter cometido crimes no período da suspensão) e é um factor de grande morosidade processual, dificultando e retardando em muito a proliferação da respectiva decisão, tornando, assim, inoperacional e ineficaz a suspensão da execução da pena e contribuindo para o descrédito (pelo sentimento de impunidade e inconsequência) deste tipo de pena.

A que acresce o facto de que, quando a suspensão não está subordinada a regime de prova, mas a eventual pagamento de certa quantia (ao ofendido, ao Estado ou a instituição de solidariedade social), que o arguido não cumpriu, ou quando comete crimes no período da suspensão, salvo a requerimento do mesmo, não faz sentido mover todos os meios necessários à sua audição presencial. Até pelos custos que tal representa para o erário público.

Parece-nos que o regime vigente carece de ser agilizado, por forma a melhor se adequar às circunstâncias de cada caso, dispensando-se, a audição presencial do arguido, sempre que o mesmo o não requerer ou o tribunal o não julgue essencial para apreciar do incumprimento.

Na verdade, não vemos o que pode o condenado acrescentar ao teor de uma sentença transitada em julgado, que o condenou por um crime cometido em pleno período da suspensão da execução da pena.

Assim, propomos as seguintes alterações para ao artº 495º:

“1.-.....

2.- (anterior nº 3).

3.- Nas situações referidas nos números anteriores, o condenado é notificado, na pessoa do seu ilustre defensor, para se pronunciar, devendo logo indicar as provas e requerer o seu interrogatório.

4.- Depois de recolhida a prova, interrogado o condenado, a requerimento

ou oficiosamente, e obtido o parecer do Ministério Público, o tribunal decide por despacho.

5.- Havendo lugar a interrogatório do condenado, na situação prevista no nº 1., a sua audição pode ter lugar na presença do técnico que apoia e fiscaliza o cumprimento das condições da suspensão.

6. (anterior nº 4).”

b) Utilização da técnica da remissão na sentença e no primeiro interrogatório judicial:

Muito embora se tenha vindo a caminhar no sentido da simplificação processual, e até já seja legalmente possível a acusação remeter para os factos constantes do auto de notícia e pronuncia remeter para os factos da acusação, não se vê qualquer motivo ou fundamento válidos para que, nas inúmeras situações em que o arguido confessa integralmente e sem reservas os factos constantes da acusação e o tribunal a julga a válida, a sentença não se possa limitar a remeter para a acusação, quanto aos factos que integram o crime.

Ao invés, em tais casos, continuam os juizes e, no caso de a sentença ser ditada para a acta, os funcionários judiciais a perder inúmeras horas de trabalho, a copiar da acusação para os factos provados das sentenças os factos constantes daquela, quando uma mera frase, a “dar por reproduzidos os factos constantes da acusação”, permitiria consideráveis poupanças de meios materiais e recursos humanos. E nem se diga que uma decisão judicial não pode conter, quanto a um conjunto de factos, uma remissão para outra peça do processo, pois tal possibilidade já existe quanto ao despacho de pronúncia remeter para os factos da acusação (cfr. artº 307º, nº 1) e quanto à decisão do tribunal de recurso se poder limitar, em certos casos, a aderir aos fundamentos da decisão recorrida.

Para tanto, sugerimos que o conteúdo dos números 3. e 4. do artº 374º passem, respectivamente, a números 4. e 5., passando o nº 3. a ter a seguinte redacção:

“3. Em caso de confissão integral e sem reservas, por parte do arguido, julgada válida pelo tribunal, podem os factos provados integradores do crime serem enunciados por mera remissão para os constantes da acusação ou pronúncia.”

c) Interrogatórios:

O mesmo se passa, mutatis mutandis com a consagração, que propomos, da possibilidade de o dever de informação previsto na redacção vigente do artº 141º, nº 4, als b), c) e d) (correspondentes às als. c), d) e e) do Projecto) se bastar com a leitura do auto de notícia e a consignação em acta do cumprimento de tal dever se quedar pela consignação de que tal foi feito, isto quando, o auto contenha todos aqueles elementos. Podendo eventualmente, serem aditados, à acta, os elementos que faltam ao auto de notícia.

Também com a adopção desta medida se poupam muitos meios materiais e recursos humanos, com as consequentes poupanças ao depauperado erário público, evitando-se que os magistrados e os funcionários judiciais despendem inúmeras horas, respectivamente, a ditar para a acta e a escrever nesta todo o

conteúdo que já consta do auto de notícia junto ao mesmo processo.

Assim, partindo da redacção do artº 141º, dada pelo Projecto, sugerimos que, os nºs 9. e 10. passem, respectivamente, a nºs 10 e 11., passando o nº 9 a ter a seguinte redacção:

“9. O cumprimento do disposto nas alíneas c), d) e e) do nº 4 basta-se com a leitura do auto de notícia e a explicação do seu conteúdo, sempre que do mesmo constem todos os referidos elementos. Em tal caso, o cumprimento do disposto no nº 8, basta-se com a documentação em acta de que foi lido o auto de notícia e explicado o seu teor.”

#### V. EM CONCLUSÃO

É nosso parecer que a reforma proposta é globalmente positiva e aponta no sentido correcto.

Ressalvadas as reservas feitas à intervenção (ilimitada) do tribunal singular (mas não à adopção da forma sumária) para julgamentos por crimes puníveis com pena superior a dez anos e à impossibilidade de suspensão provisória do processo nos crimes puníveis com inibição de conduzir, a não obrigatoriedade de o arguido declarar no primeiro interrogatório os seus antecedentes criminais, e a detenção do arguido por 48 horas a aguardar julgamento em processo sumário, e a nossa oposição ao novo regime das perícias (este último, até por ir contra os princípios da própria reforma), todas as demais medidas merecem a nossa inteira concordância e adesão.

Pensamos, porém, que não deve ser desperdiçada a oportunidade para se introduzirem, desde já, pequenas alterações visando a clarificar do sentido de certas normas (arts 113º, nº 9, 196º, 371º-A e 426º) ou a agilização de procedimentos (arts 141º, 374º e 495º), até pelas poupanças que representam para o erário público.

Contudo, podendo esta reforma ser melhorada, não dispensa uma reforma mais profunda, estrutural e sistemática.

Quanto às alterações ao Código Penal será de ter em atenção o que acima já se disse sobre a necessidade de os arguidos continuarem a estar obrigados a revelar os seus antecedentes criminais e, portanto, deve continuar o arguido a ser punido por crime de falsas declarações quando omitir ou mentir sobre os seus antecedentes criminais.

No mais, as alterações introduzidas merecem a concordância do MJD, sobretudo em matéria de prescrição.

Quanto às alterações ao Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, também saudamos as alterações propostas que não põem em causa os principais direitos e liberdades do arguido.

Procurando responder de forma positiva, construtiva e com sentido de Estado, às expectativas que motivaram o honroso convite que nos foi dirigido, esperamos que as nossas sugestões se venham a revelar úteis.

A Direcção do MJD

Os relatores

Cristina Henriques Esteves

Eduardo Sousa Paiva



# Tertúlia com a Senhora Ministra da Justiça

Juiz Nuno Salpico – Inicia-se hoje uma nova tertúlia, na sequência de outras que o Movimento de Justiça e Democracia tem organizado no Palácio da Justiça.

Senhora Ministra da Justiça  
Excelência

É uma honra para os juizes receberem a senhora Ministra da Justiça no Palácio da Justiça, lugar emblemático dos Tribunais portugueses.

É também nesta casa que os juizes devem afirmar que, em poucos meses de governo, o Ministério da Justiça revelou-se absolutamente surpreendente no impulso reformista que empreendeu.



Pela primeira vez, nas últimas décadas, aparecem linhas de reforma em diplomas essenciais, provando uma coragem assumida de fazer o que está certo. O que é justo.

Muito embora seja preocupante a subtração e desertificação de juizes sugerida pelo “Ensaio para a reorganização das estruturas judiciárias”, não se pode perder de vista que os escandalosos valores de referência processual foram indicados por juizes.

Contudo, o balanço das reformas em curso é inteiramente positivo. Eliminam-se cirurgicamente, distorções e estrangulamentos que paralisavam e enredavam a marcha dos processos, permitindo no futuro uma justiça célere.

A sensatez, o equilíbrio e a determinação nas soluções agora propostas (no processo penal, no Código penal, no processo civil e acção executiva, na regime das custas, no que toca à litigância de má fé) evidencia a vontade de governar com Justiça, a bem do cidadão.

Não só, é visível o respeito pelos Tribunais como órgãos de soberania, como se corrigem leis que nos últimos anos foram desmontadas.

Se as ideologias podem ser fonte de progresso e de afirmação das liberdades públicas, também essas ideologias podem ser instrumentalizadas pelos ricos e poderosos, como foi o excesso de garantismo no processo penal, para

dominarem o processo com triunfo. As distorções estavam à vista de toda a gente mas nenhum governante quis actuar. Até houve governantes que agravaram essas distorções.

Mas agora sob o domínio do actual governo, está claro para todos que a Justiça começará a ter condições de ser exercida com independência e celeridade. Uma sociedade onde se faça justiça de forma equilibrada e expedita é uma sociedade onde a repartição da riqueza se faz pelo mérito de cada um, o que é sinónimo de progresso. Recebe mais quem trabalhou mais e melhor; e não quem tem mais influencia.

Por tudo isto pode afirmar-se que, à legitimidade originária que foi conferida pelo voto popular nas últimas eleições legislativas, o Ministério da Justiça somou a legitimidade pelo exercício justo do poder, coisa que há muito não se via.

Atentando nas soluções agora propostas, nelas não se vislumbram interesses partidários ou políticos. Outrora reinou um poder que desconfiava de juizes independentes, que vendeu estabelecimentos prisionais, que aprofundou o desastre da acção executiva, que desconcertou o processo penal.

Agora, é nítida a vontade de que a Justiça se faça em condições de independência. Restauram-se os poderes de um juiz de instrução que defende as liberdades públicas.

Este espaço de tertúlia inaugurado há pouco mais de um ano, visa aproximar pelo diálogo em fim de tarde.

A realização da tertúlia neste espaço, entre as tribunas, é simbólico, porque é o lugar onde se faz a dialéctica para a reconstituição histórica de um pedaço da vida, de um negócio jurídico, ou de uma parte. É aqui nesta intercepção de tribunas que se procura a verdade, pelos depoimentos das testemunhas; se analisam e discutem os documentos; os peritos prestam os seus esclarecimentos e os Ilustres mandatários das partes usam da palavra para pedir justiça.

É neste local sagrado, onde se processa a discussão da verdade histórica, onde a justiça acontece, que desejamos receber Vossa Excelência

Senhora Ministra da Justiça,

...os nossos agradecimentos por haver aceite o convite que lhe dirigimos.

Senhora Ministra da Justiça: Julgo que não estou a usar uma prerrogativa de falar sentada. Disseram-me que esse era o formato habitual.

Começo por agradecer à organização. Muito obrigada. Começo por agradecer a todos os magistrados que aqui estão. Começo por agradecer as palavras de encorajamento, numa tarefa que peço que acreditem, é bastante árdua, e tem sido de facto esgotante. Mas que tem valido a pena na nossa opinião.

Gostava de, em termos muito latos, esclarecer as reformas que estamos a fazer e até aproveitar, para desfazer aqui alguns equívocos.

Nós temos no processo civil, uma reforma que passa por três pilares: é a reforma do mapa; a reforma do processo civil; e o plano de acção para a sociedade de informação da Justiça.

Porquê? Porque entendemos que a organização tem de estar casada com o processo civil, e ao mesmo tempo as novas tecnologias, têm que ser os operadores a defini-las.

Por sistema tem-se recorrido a consultoras internacionais, com os custos que são conhecidos, mas essas consultoras não sabem os actos que nós, profissionais forenses, praticamos. Portanto, deparamos com uma série de sistemas informáticos, que não interagem,... muitíssimo caros, com uma manutenção absolutamente surreal, mas sobretudo, não interagem e não servem o judiciário.

Cada vez que é preciso acrescentar um campo (nesse sistema informático), o interesse do Estado não foi acautelado naqueles contratos, e aquilo que acontece é mais remuneração, mais remuneração. Nós, neste momento, temos um grupo de trabalho com a participação de todos os profissionais forenses, a definir acto a acto, aquilo que necessita para esse sistema informático.

Tem sido um trabalho de formiguinha, como imaginam, e muito exaustivo. Mas devo dizer que, desde os senhores oficiais de justiça, aos senhores magistrados, aos senhores advogados, a participação e o empenho têm sido muito grandes.

A reforma do processo civil:

A primeira questão que queria deixar clara, é que no estudo aparece, e já vi algumas dúvidas sobre isso, uma referência ao excedente de magistrados e de oficiais de justiça. Não é uma leitura correcta, ou talvez não esteja escrito da melhor forma.

É claro que não há excedente, bem ao contrário. Não há nenhum excedente de meios humanos na reforma do mapa, há é uma aposta na especialização, no reforço do modelo de gestão, e este modelo passa pelo reforço do juiz presidente, pelo procurador

coordenador e administrador judiciário. Mas o juiz presidente tem que dispor de poderes efectivos.

Portanto, esse modelo de gestão é uma aposta clara, como é a especialização.

A questão, tantas vezes referida, da desertificação:

Queria só dizer que temos 79 concelhos sem tribunal. Não temos um tribunal por concelho. Os tribunais, cujo encerramento está previsto, são tribunais em que há menos de 250 processos entrados por ano, são tribunais de competência genérica, onde o magistrado que aí acumula, se desloca de 15 em 15 dias, daí que penso não ser esta a melhor forma de administrar justiça.

Não é um critério economicista que leva ao encerramento destes tribunais, é a aposta numa jurisdição especializada.

Por outro lado, vamos ter um tribunal que o cidadão compreenda. Porque quando se diz ao cidadão “é a Vara” “é o Juízo”, é muito difícil explicar publicamente a organização judiciária portuguesa. O cidadão não a entende, não a percebe.

A ideia é criar um tribunal por distrito, possivelmente haverá uma ou duas situações em que não coincidirá exactamente com o distrito administrativo, porque têm que se ter em atenção as assimetrias, sobretudo, do interior. Mas a ideia é que haja essa coincidência. Instalar a sede do Tribunal na capital de distrito, porque é aí onde há maior procura do judiciário.

E mesmo nas reuniões que temos estado a fazer com os vários autarcas, curiosamente, a maioria pede-nos uma concentração. Quando dizemos “vamos instalar Menores e Família nesta cidade do Distrito”, os autarcas respondem que preferem na capital, porque o acesso é mais fácil.



Estamos a desenvolver reuniões com os autarcas dos tribunais que se pretendem encerrar; estamos a fazer reuniões com os magistrados, com o Sindicato dos Magistrados do Ministério público e da magistratura judicial, com os oficiais de justiça. Queremos que seja uma reforma que, onde houver erros, ninguém tenha problemas em dizer que está mal. Porque isso ajuda-nos.

O parecer do Conselho Superior da Magistratura que é crítico, nalguns vectores, aponta caminhos alternativos e essa crítica é, para nós, muito útil.

Não é por acaso que o estudo se chama um ensaio. Não foi apresentado como ante-projecto, como projecto, foi apresentado como um ensaio, como uma base de partida para ser amplamente discutida e participada. Abrir fóruns de discussão sem um documento base é sempre muito complicado, e em regra, redundante em muito tempo perdido. Fez-se um estudo com base em indicadores sérios, e o que houver a limar, lima-se. Não entendemos que se perca a face, porque estava errado, este ou aquele item.

VRP:

Estamos a rever os VRP com as magistraturas e os respectivos sindicatos. Sabemos que os VRPs que utilizamos no ensaio são muito semelhantes com os do estudo-parecer do Conselho Superior da Magistratura; mas não desconhecemos a dificuldade que é calcular VRPs. Os processos têm complexidades diferentes.

Apesar de tudo, este cálculo será atenuado com a nova forma do processo civil. Aí, de facto, é que vamos matar Alberto dos Reis.

Na nossa experiência profissional, eu mesmo, desesperava quando chegava ao julgamento, que tinha preparado até à exaustão, e vinha a parte contrária apresentar documentos, com um fundamento circunstancial, que não atendível, mas porque interessava um adiamento, eram concedidos dez dias para a parte contrária se pronunciar. Eu em regra prescindia sempre do prazo. Mas temos ainda um processo civil muito formalista, muito dado a expedientes dilatórios.

E que processo civil é que vamos ter?

discutam quais são os factos realmente controvertidos; para que depois indiquem quais as provas necessárias e calendarizem a prova.

As audiências de julgamento tornam-se praticamente inadiáveis, salvo nos casos absolutamente extremos.

Qual é o problema que este modelo apresenta? Tem que se saber direito substantivo. Eu para saber quais são os factos controvertidos de uma questão tenho de saber direito substantivo. Aparecem articulados com 500, 400 e 300 artigos em questões que se poderiam resolver com 3, 4 ou 5 quesitos. Isto significa uma mudança de paradigma daquilo que é o nosso processo civil.

Fiquei sempre muito impressionado quando ouvia os magistrados em algumas audiências inquirir-se, perguntando o seguinte: “porque é que não nos dão as mesmas possibilidades que têm as arbitragens” (das que não estão nos centros institucionalizados).

Portanto, a ideia é uma simplificação processual, a eliminação de uma série de processos especiais. Não há razão para termos 19 processos especiais só no Código de Processo Civil. É perfeitamente possível acomodar em menos processos especiais a tramitação que hoje é objecto desses mesmos processos.

Os meios alternativos de resolução de litígios:

Adoptámos, está publicada e em vigor, a lei de arbitragem. Não aproveitamos o trabalho desenvolvido pelo anterior governo por uma razão altamente pragmática. Esta lei vigora na maior parte dos países. A lei foi recomendada pelas Nações Unidas desde 1985, nós é que, em 1986, quisemos ser muito originais, muito académicos, a prática foi posta de lado, e portanto, começou uma lei de arbitragem que suscitava imensos problemas, até no relacionamento com os tribunais, que fica agora muitíssimo facilitada.

Isso trará competitividade para as nossas arbitragens, impedirá que questões com os países da CPLP, no âmbito da arbitragem, tenham de ser resolvidas no eixo Londres - Nova Iorque; ou com Paris - Génève, que é, infelizmente, o que está a suceder.

A lei da mediação está pronta. Vamos incluir a mediação privada, introduzindo fortíssimas regras de incompatibilidade nessa mediação.

Os julgados de paz têm que ser revistos. Estão em reavaliação. A lei está pronta, mas tem de existir uma reavaliação muito séria.

São permanentes os conflitos com as autarquias; com os funcionários que estão ao serviço dos julgados de paz. E quanto ao senhor presidente da associação dos juizes de paz, dizer que, em 10 anos, resolveu 7.500 processos, que, supostamente, são de grande simplicidade, é evidente, que tudo isto tem de ser reavaliado. Às vezes, 5.000 processos carregam às costas cada um de nós.

E sobretudo a exigência de um estatuto de equiparação que estou longe de pensar nisso, para mim está fora de causa. Não vejo que a virtualidade dos julgados de paz tenha sido aquela que inicialmente podia ser, e que ainda pode vir a ser, mas

Articulados apresentados “à cabeça” com os meios probatórios. Depois, uma audiência preliminar que não corresponde à audiência preliminar de hoje. Estamos até a pensar mudar-lhe o nome, para lhe retirar o chamado “karma”, porque não tem nada a ver com a audiência preliminar da reforma de 1995.

Esta audiência preliminar destina-se a que as partes, com o magistrado,

não aprofundando e seguindo este caminho regulatório.

Tem que haver uma maior aproximação do juizado de paz brasileiro, que, aí sim, existe uma aproximação e intermediação grande: se for necessário o juiz vai, de barco, Amazonas acima, resolver um problema. O julgador de paz estava mais pensado para uma lógica de proximidade que não se encontra, e está a querer estabelecer-se uma carreira paralela, e isso, não me parece adequado, não é isso que se pretendia dos julgados de paz, e portanto, embora tivesse o diploma já pronto, está a ser objecto de uma reavaliação e de uma grande reponderação.

As custas judiciais estão finalmente uniformizadas.

O Código de insolvência e de recuperação de Empresas está também já aprovado no Parlamento, com uma alteração grande de paradigma.

Até agora, a empresa entrando em processo de insolvência, os credores públicos faziam valer os seus privilégios, a empresa morria, acabava. Uma vez entrada no “pipeline” da insolvência era mesmo para insolver. A partir de agora, não.

Há um processo de revitalização, se a empresa tem algumas possibilidades. Durante esse processo, ninguém pode executar a empresa. Faz-se um plano de recuperação, chama-se plano de revitalização. É evidente que, para evitar fraudes, sabemos que a criatividade é grande, não pode repetir-se esse processo várias vezes.

Pode recorrer a esse processo uma só vez, e não pode, depois de retomar a sua vida, e sobrevivendo uma nova situação complicada, recorrer novamente ao mesmo processo para impedir futuras execuções.

Temos depois um processo mais semelhante àquele que existe, para as empresas que estão realmente insolventes, com o encurtamento de prazos, com a possibilidade de várias suspensões da audiência. Todos nós, no judiciário, sabemos onde estão os problemas, só não os resolve quem não quiser.

Portanto, quanto às empresas que estão mesmo insolventes, escusamos de andar a perder tempo, é a liquidação do património. Se não há activo, é a liquidação do património.

O processo de revitalização também se aplica aos particulares, que estão a pré-insolver. Estamos a trabalhar agora com o Banco de Portugal, com um outro diploma, que vai complementar este código que é virado para a recuperação dos particulares, com um conjunto de outras medidas que são estruturantes.

Relativamente ao acesso ao Direito, estamos a rever o regime do acesso ao direito, porque entendemos que há razões de fundo, que se prendem com as queixas constantes referentes ao acesso ao direito.

Mas há também razões de moralidade e de transparência. Não é possível que continue a acontecer, aquilo que foi detectado no âmbito de uma auditoria. Um processo de álcool não pode custar ao Estado 119.000€. Não podem intervir, num mesmo processo, 19 advogados. Num processo com 19 advogados, de certeza que não há uma

defesa eficaz. Porque aquele advogado não acompanhou aquele caso desde a sua raiz. Nos casos, em que os processos são semelhantes, o crime é o mesmo, há vários arguidos, porque é que têm de ser designados vários mandatários? Há muita coisa a rever, o próprio conceito de acesso ao direito.

Gostava de esclarecer que não houve nesta questão da auditoria, da parte do ministério, nenhuma má vontade. O que se passou foi que, a inspecção geral detectou um conjunto de situações muito complicadas, desde as 19 intervenções; desde senhores advogados que ganhavam por ano 60 a 70.000 euros de apoio judiciário, o que é, no mínimo estranho, porque é suposto haver uma lista e sucessivas intervenções de sucessivos advogados, esses montantes indiciam que calham sempre aqueles senhores advogados.

Portanto, há alguma coisa que não estava a funcionar bem. Não é para isso que existe acesso ao direito. É para prestar uma justiça de qualidade ao cidadão. Por acordo com o senhor Bastonário foi deliberado fazer uma auditoria, num comunicado conjunto, no dia seguinte, tínhamos o site da Ordem, a negro, com a dívida que nos era herdada, de cerca de 30 e muitos milhões de euros. Esta é verdade dos factos. De resto isto tem uma explicação.

Os valores do apoio judiciário andavam na ordem dos 34 milhões de euros até Janeiro de 2008. Havia uma Portaria que instituiu mecanismos de fiscalização, ou seja, os actos tinham de ser atestados pela secretaria do tribunal. Quando isso deixou de acontecer, os custos do acesso ao direito dispararam para 50 milhões de euros. E isso deixou de acontecer, porque em Fevereiro de 2008 há uma Portaria que é publicada, alterando a Portaria anterior, onde se retiram todos os mecanismos de fiscalização. E de 34 milhões de euros, o ano de 2011 irá fechar com cerca de 60 milhões de euros. Isto não é suportável no contexto em que vivemos, e nunca seria suportável se estivéssemos no melhor dos mundos e não estamos.

Esta matéria tem de ser revista. Não sou defensora do defensor público, porque há o risco de funcionalização, em criar uma carreira.

Já estão repostos os mecanismos de fiscalização e no mês que fizemos publicar a Portaria, desceu o montante dos pagamentos pedidos, por média mensal.

Fizemos também o mesmo com a Câmara dos Solicitadores. Sabem o que se passava com muitos agentes de execução e aqui também repusemos mecanismos de fiscalização, tornando impossível acontecer aquilo que vinha a acontecer.

Temos tido uma política de revisão do que é o parque judiciário. Vamos recuperar a “Boa Hora”.

Não há nenhuma razão para estarmos a pagar de rendas aquilo que estamos a pagar em vários imóveis.

Pedi ao senhor Secretário de Estado que desse início a um processo de renegociação de rendas, com fundamento em alteração das circunstâncias, porque eu não conheço maior alteração das circunstâncias do que a “bancarrota” de um país, e portanto, em função disso, só

algumas das rendas que já renegociamos, permitiram-nos poupar 6.1 milhões de euros, que é aproximadamente aquilo que vai custar a Boa Hora.

Entendemos que é uma marca do judiciário, o judiciário também vive de simbolismo, também vive de ritos e penso que é preciso recuperar muito desse simbolismo e muito desses ritos.

O cidadão, hoje, olha para todos nós com uma absoluta desconfiança e uma absoluta descrença de todos, todos sem excepção. Porque há ritos que se foram perdendo, há simbolismos que se foram perdendo. Não é só por causa disto, nós sabemos, mas essa perda também ajudou. E também ajudou o espezinhar institucional global do judiciário, a benefício de muita contenção para qualificar o que tem acontecido durante estes últimos tempos.

Há uma necessidade absoluta e imperiosa de dignificar o judiciário, de recuperar simbolismos, e ao mesmo tempo de simplificar, simplificar, numa lógica de justiça material.

Processo penal:

Vamos ter uma reforma a dois tempos. Uma reforma intercalar e depois uma reforma mais sistémica para acomodar. Porque tantas reformas já tem este código, vem aí mais uma intercalar, e correm-se riscos, se não tivermos o cuidado de tentar harmonizar tudo (há muita legislação dispersa, designadamente na área do ambiente, que precisa de acomodação).

O que é que se pretende com esta reforma?

Repor aquilo que é o predomínio da verdade material. As declarações do arguido, quando acompanhado do seu advogado, perante magistrado, não podem deixar de valer. Chega-se a julgamento, o arguido cala-se e pronto, não se passou nada. Então era melhor não haver nada para trás. Portanto, vão mesmo passar a valer.

Quanto aos efeitos da prescrição. Nós temos de facto uma justiça para ricos e uma justiça para pobres, porque o que temos neste momento, e isto passa-se também no processo civil: perde na primeira instância, pede-se a aclaração, depois recorre-se. Perde na segunda instância, pede-se a aclaração e depois recorre-se, perde no Supremo Tribunal de Justiça (quando lá pode chegar), pede a aclaração e depois recorre-se para o Tribunal Constitucional e depois pede-se outra vez a aclaração. No fundo, isto passa-se em muitíssimas situações. E quem é que pode suportar este tipo de gestão processual? Quem tem mais meios, como é evidente. Isto se não se tiverem, entretanto, deduzido 20, 30 ou 40 incidentes, no decurso do processo, não interpuser recursos e respectivas aclarações desses incidentes.

É evidente que isto introduz uma justiça para ricos e para pobres.

Os pobres não têm forma para fazer com que isto dure e dure, e a prescrição, entretanto, faça o seu caminho.

Portanto o Ministério entendeu adoptar o sistema alemão, nessa matéria, e a partir da 1ª instância a prescrição não opera, só 20 anos depois. A aclaração vai deixar de existir, tanto no cível como no penal.

Quanto aos pequenos furtos, questão que causou algum alarido, não é fomentar a

impunidade. Os brasileiros têm uma expressão curiosa, são os furtos “famélicos”, não é propriamente semelhante ao que nós temos no artigo 207º. Mas nos pequenos furtos há dois pressupostos: se alguém furta um bem de primeira necessidade e esse bem é recuperado. Se, mesmo assim, não havendo prejuízo, alguém quer por em funcionamento o sistema judicial, que faça a acusação particular e pague a taxa.

Mas os pressupostos são dois, e eu vi os comentários mais extraordinários, desde: “agora vamos poder passar a vestir-nos que não nos acontece nada”; “furtamos um vestido ou uma toalha de praia, ou como a maçã e já não há problema”, situação de resto, comida a maçã, o objecto do furto já não é recuperado, faltava-lhe um dos pressupostos, mas enfim.

Mas nestas situações, temos que observar com um olhar social. Isto não é fomentar a impunidade. Ninguém furta bens de primeira necessidade porque quer. Também custa, por vezes, ver o segurança esperar que a pessoa atravessasse a caixa registadora, quando já detectou o furto antes. Portanto, há alguma dignidade social que se tem de restituir às pessoas. Isto é justiça social, por um lado, e respeito pelo sistema judicial, por outro. Porque, se não pago nada, mesmo que tenha recuperado o bem, mas por uma questão punitiva, isso tem de ter uma consequência... não pode deixar de ter.

Haveria muito mais a dizer quanto à gestão do património, até porque estamos a tentar recuperar o património que era do Ministério da Justiça. Fazendo as contas, as rendas que pagamos, ao fim de 10 anos é o preço que custam esses imóveis.

Com as rendas que estamos a pagar o escândalo é de tal ordem, que o montante em 10 anos paga o valor. Portanto, estamos a reduzir as rendas.

Estamos muito preocupados com o parque prisional.

Estamos muito preocupados com as crianças e com os idosos. O estatuto dos idosos já não está adequado, como temos que mexer também no estatuto das crianças.

O sistema prisional não é que esteja sobrelotado, de todo o modo, vamos precisar de aumentar o parque prisional, mas a maior parte dos nossos estabelecimentos prisionais têm locais de implantação que permitem a sua ampliação.

Não são necessários os 11 megas projectos que estavam previstos e cujos concursos vamos anular todos. Esses 11 megas projectos eram para acomodar o mesmo número de celas que nos vai permitir a expansão em terrenos que, já temos, e em condições de dignidade.

Por outro lado, não foi com indiferença que mudamos o nome tradicional da Direcção Geral. Passou a chamar-se Reinserção Social e Prisionais, e nalguma forma, se eu tivesse ido até à pureza dos princípios, talvez só se devesse chamar direcção geral de reinserção social, porque as prisões têm de ser o primeiro local de reinserção.

Nós temos, de resto, aqui ao lado, um muitíssimo bom exemplo, numa das alas de recuperação de toxicodependentes, com

excelentes resultados. Mas temos de ter planos de formação para os presos, e não são aqueles planos de formação tradicionais, alguns serão concerteza. Mas tem de existir plano de formação para os presos voluntários; têm de existir planos de trabalho para a população prisional, voluntário, naturalmente. Portanto, temos de olhar para todo o sistema prisional de um outra forma, numa lógica de reinserção.



Relativamente aos centros tutelares educativos, a situação é muito preocupante, e temos de revisitar rapidamente o estatuto. Temos de olhar para a lei tutelar educativa e repensa-la de uma forma mais humana, o mesmo vale para os idosos que neste momento não têm protecção em muitas situações de abuso, de abandono, de maus tratos.

Finalmente, só para dar uma nota: vamos ter de olhar para o Código Civil, Código das Sociedades Comerciais e para o direito do consumo.

O direito do consumo não pode ser olhado, como está a ser hoje, como um terceiro Código Civil, porque não é. E está com pretensões a sê-lo.

Portanto, há que recentrar as questões essenciais. É evidente que o consumidor tem de ser protegido, mas o ser humano não é um consumidor; é um ser humano. Mesmo com importação, via direito comunitário, olha-se para o ser humano que consome, na perspectiva do consumidor, já não é a pessoa. Questões como estas, têm também, que ser revistas.

Vamos já nomear a comissão para a revisão do Código de Processo nos tribunais administrativos e fiscais, é preciso adequá-lo ao Código de Procedimento Administrativo. A execução de sentença nos tribunais administrativos está pior que no cível.

Na acção executiva, há pouco esqueci-me de dizer, na reforma do processo civil, grande parte dela vai desaparecer, porque se o tribunal declara o direito, salvo os restantes títulos executivos que, de resto, vamos reduzir, passará a existir um processo muito mais abreviado.

Nós sabemos que as execuções estão transformadas em processos declarativos, as oposições que se apresentam vão ter muito mais regras e vamos restringir os títulos executivos. O que passa a acontecer é que o Tribunal que declara o direito,

executa o direito, a regra vai passar a ser esta. Acaba por tramitar como uma liquidação de sentença, como fazem os alemães.

Em traços muito breves é disto que estamos a tratar e fico à vossa disposição para qualquer questão.

Juíza Cristina Esteves – Estive a ver a reforma do processo civil e tenho que a aplaudir, porque vai muito longe na simplificação do processo civil e tem soluções absolutamente correctas do ponto de vista da agilização do processo civil, e portanto, muitas das dificuldades sentidas por todos nós, vão desaparecer em muitos casos. A reforma do processo penal, tal como a senhora Ministra já disse, terá agora uma reforma intercalar e depois uma reforma maior.

No âmbito do processo penal também muito há a fazer para o simplificar, e pode-se simplificar.

Vejo até bastantes mais situações do que os furtos em supermercado, em que se pode fazer uma justiça mais célere.

Sou juíza no Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, e nós, todas as semanas ouvimos muitos dos chamados “correios de droga” que chegam à nossa frente e, invariavelmente confessam os factos. São crimes punidos com uma pena até 12 anos, confessam depois de haver um processo enorme do Ministério Público, que há-de terminar numa acusação, depois vai para julgamento em tribunal colectivo e lá estarão mais três juízes a julgar, para a pena ser invariavelmente a mesma, em todos estes casos, e são muitas situações diárias e dá que pensar. Porquê tanto tempo?

Senhora Ministra da Justiça – Senhora doutora nós estamos a pensar utilizar os sumários nesses casos.

Juíza Cristina Esteves – São situações que poderia ser logo julgadas. “O senhor vai condenado em 4 anos e 6 meses de prisão”.

Dito isto e articulando com a reorganização judiciária, gostava de perguntar à Senhora Ministra quais são os “timings” da reforma do processo civil, do processo penal, e da reorganização judiciária?

Parece-me que a reorganização do processo civil trará grandes reflexos nas pendências dos diversos tribunais cíveis. Se entrar ao mesmo tempo que a reorganização judiciária talvez fará perder um pouco daquilo que é o reflexo do processo civil depois nos tais chamados VRP, e portanto, não sei se a entrada das duas reformas em simultâneo fará muito sentido, ou se não valeria a pena deixar as reformas do processo civil e do processo penal terem efeito e depois avançar na reorganização judiciária.

Senhora Ministra da Justiça – Nós, aquilo que queríamos, em termos de concepção, era casar as reformas da organização com o processo civil. Não quer dizer que entrem em vigor ao mesmo tempo. Nós queremos apresentar no Parlamento, em Setembro, estas duas reformas, por isso, queremos estar este tempo todo a debater até à náusea, para que haja o mínimo de erro possível.

Haverá sempre uma solução mais ou menos perfeita. Mas gostaria que o erro fosse minimizado. Nós temos é que ter a reforma da organização judiciária e do

processo civil absolutamente adequados um ao outro.

Juiz Nuno Salpico – Na intervenção inicial, a Senhora Ministra, deu-nos um panorama extremamente abrangente sobre a vossa acção governativa.

Queria só, até para dar algum dinamismo, para além daquele que a senhora Ministra já deu, se me permite, de uma forma algo provocatória, mas muito respeitosa, dizer que quanto aos valores de referência processual, digamos que é o núcleo mais importante do “Ensaio”, sem estar a desconsiderar as outras inovações que se querem introduzir, para mim o mais importante, é aquele que pode causar maiores distorções e aparentemente o que está a causar, em termos de proposta, porque os lugares de juiz para cada um dos tribunais sofrem uma quebra que não se compreende, a não ser à luz dos tais valores de referência processual, que ditam a economia do número de juizes por tribunal.

O cálculo dos valores de referência processual, como a senhora Ministra já referiu, é difícil.

A apreciação pessoal que faço dos valores que já foram avançados, são valores profundamente errados; são valores que não tiveram em consideração a realidade dos tribunais que existem, fizeram-se extrapolações erradas. Ou seja, partiu-se do trabalho desenvolvido nas NUTs, que têm explicação própria para aqueles números que, depois, tornam a extrapolação, que foi feita para aqueles números, inviável. A aplicação ao Palácio da Justiça em Lisboa é um erro, a meu ver.

Os valores de referência processual, que estão recensados pela Associação Sindical, ainda pior, fogem totalmente da realidade. E fogem à realidade porque não há nenhum juiz, por mais que trabalhe, neste Palácio da Justiça, que consiga terminar 200 processos declarativos, pelo menos, tal qual está desenhada a acção declarativa.

Também me permitia discordar de Vossa Excelência: se é preciso matar o Alberto dos Reis, o que é que nós diríamos destes legisladores das últimas décadas. O Professor Alberto dos Reis não tem culpa da evolução dos tempos. Ele, na altura dele, fez o seu melhor, e a sua legislação produziu os seus efeitos, poderia, talvez, aperfeiçoar-se o Alberto dos Reis, creio que é aquilo que está a ser feito. Agora matá-lo?! É um homem que deve ser honrado.

Senhora Ministra da Justiça – Eu quando digo matar o Alberto dos Reis... É evidente que à época estava certíssimo, mas levou foi tanta prótese, tanta prótese..

Nuno Salpico – ...que já não é o Alberto dos Reis..

Senhora Ministra da Justiça – ...embora a matriz esteja ali. Mas vou ficar à espera de uma proposta sua sobre os VRPs aqui para o Palácio de Justiça.

Nuno Salpico – Os colegas já se chegaram a organizar nesse sentido.

Senhora Ministra da Justiça – Então mandem-nos esses contributos, são muito bem vindos.

Nuno Salpico – Muito rapidamente, ainda quanto ao processo civil, há muito pouco tempo, quando aqui tivemos o

senhor doutor João Correia, com o qual tivemos uma tertúlia, durante a discussão, também nesta matéria, na altura, discordei amigavelmente dele.

Mas tenho de referir o seguinte: depois de ler com atenção a proposta do processo civil, verifico que existe um paradigma e uma filosofia diferente.

E, se ela fora implantada, é capaz de o processo civil se tornar diferente. A elasticidade que se permite à discussão e explanação da matéria de facto, pode permitir, por sua vez, uma abordagem diferente, quer na selecção das questões essenciais, quer depois, a final, no julgamento. Coisa que actualmente não era possível.

Na proposta é feita uma valorização das questões essenciais e um aproveitamento das questões secundárias, que até podem nem ser alegadas, mas o juiz pode aproveitá-las, se forem discutidas.

Essa possibilidade, permite, sem dúvida, centrar a discussão formal em algumas questões fixadas por escrito, e depois a discussão até pode ser mais alargada.

E essa redução formal do objecto, com possibilidade de se aproveitar o que vier a ser discutido em termos verbais pelas testemunhas, é uma inovação e pode dar os melhores resultados.

Senhora Ministra da Justiça – ..e a simplificação processual.

Nuno Salpico – ...sim e a simplificação processual. Há um, dois dias, li com maior detalhe, a reforma do processo civil, e tenho de reconhecer que poderá dar resultado, essa alteração de paradigma.

A acção executiva é também a grande aposta, porque o nosso trabalho aqui nas acções declarativas, pouco tem vindo a contar, uma vez que, depois há um bloqueio, quase imediato, na fase executiva.

Esse é um drama que já dura há quase dez anos, e só agora, neste projecto da acção executiva, tenho a saudar a restauração do poder geral de controlo do juiz, a possibilidade de poder destituir o agente de execução; a possibilidade das

execuções poderem ser tramitadas através de oficial de justiça, execuções de pequeno montante, uma vez que essas não eram possíveis de ser tramitadas, aí o solicitador, à cabeça, pedia provisões e honorários de montante superior à própria quantia exequenda, o que tornava perfeitamente inviável a execução.

A reforma de 2003, quando surgiu, aparentemente, era um disparate tremendo, toda a gente via isso, mas parece que ninguém quis dizer “o rei vai nu”, e às vezes é preciso uma grande crise para que se façam revoluções legislativas, haja essa vontade. A crise também tem aspectos positivos. Com isto não quero estar a minorar a vossa acção, porque é a Senhora Ministra que está a promover estas reformas.

Não é só pela crise, é pela pessoa que promove as reformas. Há várias décadas que não vejo ninguém a legislar assim, com esta frontalidade, com este pragmatismo.

Sei que nasceu em Luanda, e Angola é um país irmão, queria só perguntar como está a CPLP e que projectos existem.

Senhora Ministra da Justiça – Na cooperação existem muitos projectos, desde projectos no âmbito da formação para o CEJ, até à cooperação com as polícias, com a polícia judiciária, com a própria DGPJ, não há propriamente nenhuma área que não tenha cooperação com todos os países da CPLP, desde os Registos e Notariado, à polícia judiciária e aos prisionais. Com a polícia judiciária estamos a fazer a formação de polícias, investigadores timorenses. Os projectos que estão a correr são muitos e em todas as áreas.

Agora vou pedir imensa desculpa. Já me fizeram sinal por três vezes, não posso deixar de estar presente na reunião do Conselho Superior de Informações. Se me interpelarem uma segunda vez, estarei aqui com todo o gosto.

No final da tertúlia, a Senhora Ministra foi muito aplaudida, sendo visível a satisfação de grande número de juizes e juizes presentes.



# A Vítima e o Estado...



A doutrina, a jurisprudência e o legislador têm tratado de forma exaustiva as matérias relacionadas com o arguido.

O código de processo penal português dedica um título específico ao arguido e todo o diploma se encontra centrado nessa figura.

No entanto, no que diz respeito à vítima do crime, esta é praticamente esquecida.

Nos últimos anos tem-se verificado uma maior preocupação com os direitos das vítimas, mas tal sucede essencialmente no que diz respeito à matéria da violência doméstica.

As vítimas de crimes violentos têm uma protecção própria em legislação especial. Porém, o regime legal ali estabelecido acaba por ter uma aplicação residual, face à generalidade dos casos em que existem vítimas.

O processo penal português esqueceu as vítimas e, por essa razão, quem sofreu a prática de um crime e recorre ao sistema de justiça não pode ter uma boa impressão do mesmo.

Para que se compreenda o estado a que chegámos é necessário recuarmos uns séculos.

Na Idade Média, em alguns dos casos, a justiça penal tinha uma componente reparadora muito acentuada.

Quem furtava um bem a um terceiro poderia ser condenado a restituir-lhe o valor subtraído em triplo.

O ofendido sentia-se ressarcido do mal que lhe tinha sido causado, uma vez que recuperava o que tinha perdido e o autor do crime ainda sofria uma sanção pelo benefício ilegítimo que tinha obtido.

Com a consolidação do Estado, em especial nos regimes absolutistas, o autor do crime não

era sancionado porque prejudicou uma pessoa em concreto, mas sim porque ousou violar a lei imposta pelo soberano.

A violação da lei passa a ser encarada como um ataque à soberania real e a punição passa a ser vista como a reafirmação do poder que tinha sido atacado através da prática de um acto ilícito.

Nas correntes iluministas, a violação da Lei passa a ser encarada como um ataque à comunidade.

Beccaria referiu que a verdadeira medida dos delitos deve ser aferida pelos danos causados à sociedade.

Como consequência lógica deste pensamento, afirmou Guilherme Costa Câmara, (Programa de política criminal orientada para a vítima do crime, Coimbra Editora, pág. 43 e 44) “se o delito agride o tecido social e gera repercussões na sociedade, esta, uma vez organizada em Estado, deve apropriar-se do dano causado pelo ataque antijurídico. O delito, pois, importa em violação do contrato social. Como consequência dessa nova concepção-ainda que inspirada em propósitos nobres – a vítima concreta não terá a primeira palavra, sequer a última!”.

Quando o enfoque dado pelo sistema penal passou do indivíduo para o Estado ou comunidade tudo se alterou. O Estado passou a preocupar-se em punir e obter as verbas resultantes da aplicação de penas de multa e não em ressarcir as vítimas.

Em vez da vítima estar no centro do processo penal, ela própria passou a ser instrumentalizada em função de outros valores supostamente mais altos.

Por esta razão, assistimos hoje a uma proliferação de crimes públicos, sendo certo que muitos deles não se percebe porque têm esta natureza (v.g. o crime de ameaça agravada).

Nalgumas situações tipificadas como crimes de furto ou dano qualificado, ameaças agravadas ou violência doméstica as vítimas formulam sucessivos pedidos de desistência nos processos, afirmando que já foram ressarcidas ou que voltaram a ter um bom relacionamento com a pessoa que as ameaçou ou agrediu.

Atenta a natureza pública dos crimes, apesar das vítimas não terem qualquer interesse em que o processo prossiga, o mesmo já não se detém e continua mesmo contra a vontade daqueles que à partida parecia proteger.

As vítimas passam assim a servir os interesses superiores do Estado e têm de se submeter a este (caso a vítima falte a uma audiência de julgamento onde estava obrigada a depor como testemunha será condenada em multa processual e eventualmente poderá ser ordenada a sua detenção).

Num processo penal onde a vítima tem um papel menor, a mesma pode passar desta qualidade à de detido num instante (basta que se esqueça da data de realização de uma audiência de julgamento).

Muitas das vezes, as vítimas sofrem um prejuízo maior com o tempo que gastam na comparência em diligências, do que aquele que sofreram com a prática do crime.

Se pensarmos num médico ou advogado que sofreu um pequeno furto, através de arrombamento do seu escritório, rapidamente percebemos esta realidade.

O objecto subtraído pode valer 200 ou 300 Euros, mas o rendimento que os profissionais irão perder pelo tempo que gastarão a ser inquiridos nas várias fases do processo será muito superior.

Maurice Cusson (Criminologia, Casa das Letras, 2ª Edição, pág. 178) explicita os



objectivos pelos quais as vítimas recorrem à polícia ou ao Sistema de Justiça “ 1. A reparação ( serem indemnizadas, recuperarem o bem, obterem um pedido de desculpas), 2. A protecção ( para que o agressor seja impedido de voltar a bater-lhes), 3.a retribuição ( para que seja feita justiça), 4. A defesa social ( para cumprir um dever cívico, fornecendo às autoridades as informações necessárias para que um delinquente deixe de importunar a sociedade).”

No nosso sistema de Justiça a apresentação de denúncias como cumprimento de um dever cívico tem um carácter residual, isto é, a esmagadora maioria dos cidadãos pretende obter a reparação, a protecção ou a retribuição.

Será que o sistema de Justiça português cumpre os objectivos que as vítimas de crimes têm quando dão início a um processo de natureza criminal?

Na minha óptica tal não acontece.

Os cidadãos não sentem que o seu prejuízo foi reparado, pois na maioria dos casos não existe pedido de indemnização civil e o Juiz só pode arbitrar quantias oficiosamente a título de reparação da vítima em casos especiais, cfr. artigo 82º-A do Código de Processo Penal.

Muitas vezes as vítimas chegam às audiências de julgamento a pensar que irão ser ressarcidos dos danos que tiveram e só nesse momento se apercebem que tal não irá ocorrer, acabando por desistir da queixa e ficando assim frustrados com o funcionamento do sistema de justiça.

Os cidadãos também não sentem que o sistema os proteja de voltarem a ser vitimizados.

Se pensarmos nos crimes de ameaça ou de violência doméstica a realidade é bem evidente.

Em grande parte dos casos, após a conclusão do processo a vítima é deixada à sua sorte, podendo facilmente ser vítima de crimes da mesma natureza, praticados pelo mesmo agressor.

Por último, muitas das vítimas também não sentem que foi aplicada uma punição adequada ao arguido.

A generalidade dos arguidos são condenados em penas de multa

ou penas de prisão suspensas na sua execução.

As penas de multa não são vistas como verdadeiras penas criminais pela grande maioria da população.

Esta visão tem alguma razão de ser, uma vez que existe uma desarmonia entre o regime penal e o regime contra-ordenacional.

Como regra, as coimas aplicadas no âmbito da justiça contra-ordenacional são mais elevadas do que as penas de multa aplicadas no processo penal.

Se olharmos para a moldura das coimas previstas no Código da Estrada para a condução de veículos em estado de embriaguez e as compararmos com as penas de multa aplicadas nos Tribunais verificamos que algo não está correcto.

Se observarmos então as coimas que se aplicam às contra-ordenações dos ilícitos económicos ou no âmbito do código de valores mobiliários ficamos bem cientes da insignificância das penas de multa.

Face a esta realidade como é que o cidadão poderá encarar uma multa como uma verdadeira sanção criminal?

Por outro lado, no que concerne às penas de prisão suspensas na sua execução, muitas delas não têm como condição indemnizar a vítima ou o cumprimento de injunções, pelo que acabam por funcionar como verdadeiras absolvições encapotadas.

Se o arguido cometeu um acto isolado e não fica obrigado ao cumprimento de condições, de modo à pena de prisão que lhe foi aplicada continuar suspensa, a mesma extingue-se pelo decurso do prazo e o condenado não sofreu, na prática, qualquer sanção pela sua acção ilícita.

Por forma a melhor defender os interesses da vítima, entendendo que deveriam ser efectuadas algumas alterações legislativas que passarei a enunciar:

1 - Consagração de um título próprio no Código de Processo Penal dedicado exclusivamente à vítima, à semelhança do que acontece em outros Códigos de Processo Penal.

2 - Alteração da natureza de muitos crimes de pública para

semi-pública, em especial, o crime de ameaça agravada.

3 - Impossibilidade de deter a vítima no âmbito de crimes de natureza semi-pública, considerando-se que há desistência de queixa quando aquela for regularmente notificada para comparecer em diligências por duas vezes e a mesma não o fizer.

4 - Ampliação dos casos de extinção do procedimento criminal nos crimes patrimoniais de natureza pública quando exista restituição ou reparação, estendendo-se assim o âmbito de aplicação do artigo 206º do Código Penal.

5 - Eliminação do segmento final do artigo 82ºA do Código de Processo Penal na parte em que refere “quando particulares exigências da protecção da vítima o imponham”, consagrando-se assim a possibilidade genérica do Juiz pode fixar quantias a título de reparação quando as necessidades do caso assim o justifiquem.

6 - Possibilidade de instauração de execuções por parte do Ministério Público, no interesse da vítima, quando as quantias forem arbitradas oficiosamente por Juiz.

7 - Harmonizar os valores das coimas e contra-ordenações, especialmente nas situações que dizem respeito a factos muito similares.

8 - Consagrar o princípio que as penas de prisão suspensas na sua execução devem conter como condição a reparação das vítimas quando houver danos por ressarcir.

9 - Ampliação das situações em que é possível a tomada de declarações para memória futura.

10 - Agravacão das penas quando os agressores cometam crimes de idêntica natureza sobre as mesmas vítimas.

Por último, gostaria de acrescentar que esquecer a vítima é equivalente a esquecer o cidadão e uma Justiça que esqueça este último nunca poderá realizar os seus verdadeiros fins.

# Festa de Natal

e de apresentação da candidatura do Sr. Conselheiro Serra Baptista

...continuação da página 17

